**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA**

MÁRCIA CANDELARIA DA ROCHA RAMOS

**MÃES DE MENINAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL:
AQUILO QUE NÃO SE PODE DIZER**

RECIFE-2010

MÁRCIA CANDELARIA DA ROCHA RAMOS

**MÃES DE MENINAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL:
AQUILO QUE NÃO SE PODE DIZER**

Dissertação apresentada no Curso de Mestrado em Psicologia Clínica, linha de Psicopatologia Fundamental e Psicanálise da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica.

Orientadora: Dra. Luciana Leila Fontes Vieira

RECIFE-2010

R175m

Ramos, Márcia Candelária da Rocha

Mães de meninas vítimas de abuso sexual : aquilo que não se pode dizer / Márcia Candelária da Rocha Ramos ; orientador Luciana Leila Fontes Vieira, 2010.

119 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP. Pró-reitoria Acadêmica. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Curso de Mestrado em Psicologia Clínica, 2010.

1. Psicologia clínica. 2. Vítimas de abuso sexual. 3. Psicanálise. 4. Crime sexual contra criança. I. Título.

CDU 159.964.2

MÁRCIA CANDELARIA DA ROCHA RAMOS

**MÃES DE MENINAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL:
AQUILO QUE NÃO SE PODE DIZER**

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Luciana Leila Fontes Vieira
(Orientadora – UNICAP)

Profª Drª Cristina Maria de Souza Brito Dias
(UNICAP)

Profª Drª Vera Regina Röhnelt Ramires
(UNISINOS)

Recife/2010

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Yara Regina, meu espelho, por ter acreditado desde o início na minha capacidade. A você, todo o meu amor.

Ao meu pai, Carlos Alberto, minha fortaleza, por ter investido junto comigo neste sonho que hoje realizo. A você, toda a minha gratidão e amor.

A Michell, meu amor, por ter tido a compreensão nos momentos de ausência, por acreditar, confiar e sonhar junto comigo.

A Antônio Henrique, meu tesouro, pelos momentos de felicidade que sempre me proporciona, por fazer parte de mim.

Aos meus irmãos, Fabiana e Rogério, pela ajuda nos momentos de dificuldade e ausências, por sempre me incentivar a buscar meus sonhos.

A toda a minha família, por me fazer pertencer a um vínculo de união, amor e solidariedade.

À minha orientadora, professora Dra. Luciana Vieira, que com sua dedicação, apoio e confiança, me mostrou o melhor caminho a seguir. A você, minha admiração, carinho e amizade.

À professora Dra. Cristina Brito, pela dedicação e disponibilidade com que sempre me recebeu.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da UNICAP, representado pelos seus professores, pela oportunidade de aprendizagem numa instituição de qualidade, contribuindo para a minha formação profissional.

A Socorro Formiga, minha amiga, por ter me presenteado com sua amizade e dedicação; ao seu lado, as barreiras ficaram mais leves e suaves.

Ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS/Sentinela), em nome de toda a equipe, pela cooperação e incentivo nos momentos de dificuldade, por fazer parte de mais uma conquista em minha vida. Sem vocês, esta pesquisa não seria possível.

E, por último, mas não menos importante, às mães que participaram desta pesquisa, pela confiança e disponibilidade para falar e revelar momentos tão difíceis e íntimos de suas vidas.

SUMÁRIO

Resumo	07
Abstract	08
Introdução	09
Artigo Teórico – A Problemática do Abuso Sexual na Psicanálise	16
Resumo.....	16
Abstract.....	17
Introdução.....	18
Dinâmica do abuso sexual intrafamiliar.....	21
Psicanálise e abuso sexual.....	26
Considerações finais.....	36
Referências.....	39
Artigo Empírico I – Desmentido Materno: O Posicionamento Subjetivo das Mães Diante do Abuso Sexual de Suas Filhas	43
Resumo.....	43
Abstract.....	44
Introdução.....	45
Desmentido materno diante do abuso sexual.....	48
Método.....	56
Resultados e discussão.....	58
Considerações finais.....	66
Referências.....	69
Artigo Empírico II – A Transmissão Transgeracional: A História de Vida Materna e Sua Repercussão no Abuso Sexual da Filha	72
Resumo.....	72
Abstract.....	73
Introdução.....	74
Método.....	84
Resultados e discussão.....	87
Considerações finais.....	96

Referências.....	98
Considerações Finais	102
Referências	107
Anexos	115
Anexo A – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	116
Anexo B – Roteiro de entrevista.....	118

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar e identificar as possíveis motivações que levam as mães a não acreditar na situação de abuso sexual que envolve suas filhas e seus companheiros, sejam eles pais ou padrastos, bem como o posicionamento subjetivo das mães diante da denúncia. Nesta perspectiva, foram considerados os aspectos relacionados à história de vida materna e as possíveis conexões com o abuso sexual sofrido pelas filhas. O trabalho está dividido em três artigos, sendo um teórico e dois empíricos. O primeiro apresenta uma revisão da literatura sobre o abuso sexual, ressaltando as contribuições da psicanálise, através das elaborações de Freud e Ferenczi sobre o trauma, o desmentido e a identificação com o agressor. O segundo artigo procura investigar as possíveis motivações e o posicionamento subjetivo das mães que não acreditaram no abuso sexual de suas filhas. O terceiro artigo considera elementos da história de vida materna associados ao abuso sexual de sua filha e as possíveis motivações para a negação da situação abusiva. A metodologia é baseada na abordagem qualitativa, considerando o princípio de saturação. Foram entrevistadas sete mães que não acreditaram na denúncia de abuso sexual contra suas filhas, por parte de seus companheiros. A apreciação dos dados foi realizada a partir da análise de conteúdo de Minayo. Os resultados indicam que as mães que desmentem a denúncia de abuso sexual, longe de estar na posição de “cúmplices,” podem estar se apoiando em mecanismo de defesa na tentativa de negar a realidade que se coloca de forma tão ameaçadora, associado a elementos de sua própria história de vida. A transmissão transgeracional surgiu como um dado importante ao mostrar a repetição da história de abuso sexual presente na vida das próprias mães entrevistadas.

Palavras-chave: Mães; abuso sexual; psicanálise.

ABSTRACT

This dissertation had as aims to analyze and to identify possible motivations of mothers who do not believe their daughters had been abused by their partners, whether they are fathers or step-fathers, investigating these mothers' subjective standing face to the denouncement. In this perspective, aspects regarding the mothers' previous history and possible connections with the abuse suffered by their daughters were considered. The research was divided in three papers, one theoretical and two empirical. The first one represents a literature review on/about sexual abuse, highlighting psychoanalytical concepts used by Freud and Ferenczi, such as trauma, disavowal and identification with the aggressor. The second paper aimed to investigate possible motivations and the subjective standing of mothers who did not believe their daughters had been abused. The third paper considered elements from these mothers' previous history that could be associated to their daughters' sexual abuse and their possible motivations for denying that it happened. The methodology was based in a qualitative approach, considering the saturation principle. Seven mothers who did not believe in the denouncement of sexual abuse committed by their partners against their daughters were interviewed. Data analysis included Minayo's Content Analysis. Results indicate that these mothers disavow the sexual abuse accusation but, far from being "accomplices," they may be using a defense mechanism in the attempt to deny such a threatening reality, which is even associated with elements from their own lives. The transgenerational transmission emerged as an important fact, by showing the repetition of the sexual abuse history, present in the lives of the studied mothers.

Keywords: Mothers; sexual abuse; psychoanalysis.

INTRODUÇÃO

A temática do abuso sexual infantil vem sendo amplamente discutida pelos meios de comunicação, pesquisas científicas, movimentos sociais, entre outros segmentos, preocupados com a alta incidência de novos casos que surgem a todo instante. Este empenho se faz necessário na medida em que se propicia um espaço de debate e de conhecimento em torno do assunto, fortalecendo as ações preventivas no combate à violência sexual infantil.

Neste contexto, Cromberg (2001) reflete se atualmente são maiores os números de abuso sexual incestuoso ou se na verdade se dispõe de maiores recursos de denúncia e de instituições de acolhimento e acompanhamento, o que faz com que estes casos ganhem destaque por meio da divulgação de estatísticas.

O abuso sexual que se apresenta no contexto familiar, envolvendo os membros da família, lança a problemática para uma dimensão mais complexa devido às implicações que acarretam na criança que sofre esta violência. Quando é um pai ou padrasto quem a pratica, maior será o sofrimento da criança, acentuado quando a mãe não acredita na denúncia.

Nesta perspectiva, enfatiza-se a contribuição da psicanálise, que teve sua origem marcada pela questão do incesto, seja na primeira elaboração freudiana com a formulação da Teoria da Sedução Paterna, que resultaria em um trauma recalçado e na histeria, seja com o seu acomodamento posterior, direcionando à fantasia, que faz Freud reconhecer a existência da sexualidade infantil atrelada à descoberta do inconsciente. Esta interseção da vivência autoerótica do corpo da criança e dela com o corpo do adulto, especialmente a mãe, que se torna inconsciente através do recalçamento, apoiada nas relações triangulares com seus pais e com a realidade dos acontecimentos sexuais ao longo da vida, é que fornece à psicanálise toda a magnitude da questão do incesto (Cromberg, 2001).

De fato, ao abandonar a hipótese da Teoria da Sedução, Freud (1987) contribuiu para que não fosse dada a devida importância aos efeitos psíquicos nos casos em que o abuso sexual intrafamiliar realmente ocorreu, dando uma maior relevância à questão fantasmática. Laplanche (1985) destaca que apesar de as elaborações freudianas acentuarem que não existe distinção entre realidade e fantasia, posto que a fantasia também possui uma realidade, Freud nunca desistiu de buscar evidências reais que comprovassem o que se passou na infância, deixando transparecer a sua preocupação com esta temática.

Neste sentido, Ferenczi (1992) trouxe uma enorme contribuição para a reflexão do trauma nos casos em que crianças realmente são abusadas sexualmente por pessoas de sua própria família, colocando em pauta a discussão em torno deste assunto. Destaca ainda questões importantes, como o desmentido, a identificação com o agressor, refletindo sobre as consequências do abuso sexual nas crianças, que muitas vezes têm a sua voz silenciada por aqueles que deveriam ouvi-las.

É nesse cenário que se apresentam muitos dos casos atendidos pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS/Sentinela), em Campina Grande, PB. Este serviço de atendimento tem como objetivo ofertar acompanhamento técnico especializado, desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, composta por psicólogas, assistentes sociais, assessora jurídica e educadores sociais, às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, bem como às suas famílias.

Atuando neste serviço desde 2004, nos deparamos com muitas situações de violência sexual contra crianças e adolescentes, principalmente de abuso sexual. Neste contexto, algumas especificidades foram se apresentando em torno dessa temática, e se tornando molas propulsoras para o desenvolvimento desta pesquisa. São questões referentes à realidade percebida sobre o abuso sexual, ou seja, à frequência mais elevada em crianças do sexo

feminino, como também uma proporção maior do abuso sexual intrafamiliar, tendo como principais agressores, pais, padrastos e avôs.

A família que passa por uma situação de abuso sexual intrafamiliar quase sempre chega ao Centro de Referência, apresentando uma enorme fragilidade em sua estrutura, permeada pelo sofrimento e por sentimentos de culpa. A criança, por sua vez, apresenta dificuldade para nomear a dor sofrida, enquanto que os pais tentam achar culpados que justifiquem esta vivência.

Diante da revelação de abuso sexual contra suas filhas, as mães podem apresentar diversas formas de reação, expressando sentimentos ambivalentes, variando entre proteger e apoiar a filha ou permanecer junto ao companheiro, quando este é o autor do abuso. Os casos que desafiam o entendimento dos profissionais envolvidos são aqueles em que a mãe não oferece credibilidade à denúncia de abuso sexual sofrido por sua filha.

Assim, a mãe aparece nos bastidores desta violência e nos mobiliza a investigar seu discurso descrente do abuso sexual sofrido por sua filha. Como o que se espera é que o sofrimento da criança venha acompanhado pelo da mãe, torna-se inquietante compreender aquelas que não acompanham a filha no processo de atendimento proporcionado pelo CREAS. A postura destas mães é quase sempre qualificada como negligente, omissa e cúmplice, provocando inclusive sentimentos de revolta por parte daqueles que acompanham os casos de abuso sexual.

No Brasil, a mãe, apesar de sua tamanha importância no âmbito familiar, não tem recebido a merecida atenção diante deste problema. Muitos são os estudos voltados para a criança ou a adolescente que sofre a violência e tantos outros para aqueles que a praticam, porém a realidade vivenciada pela mãe não tem despertado muito interesse dos pesquisadores.

Nesta pesquisa, buscou-se analisar e identificar as possíveis motivações que levam as mães a não acreditar na situação de abuso sexual que envolve suas filhas e seus companheiros, sejam eles pais ou padrastos. O foco voltou-se para o posicionamento subjetivo evidenciado pelas mães quando souberam da denúncia, bem como para os aspectos da sua história de vida que se relacionam ao abuso sofrido pela filha.

Participaram desta pesquisa sete mulheres, com idade entre 25 e 43 anos, pertencentes à mesma camada sociocultural. Para definir a camada social, levamos em consideração o grau de instrução, a profissão e o local de residência. O critério de escolha foi baseado no fato de elas serem mães de meninas que foram vítimas de abuso sexual, praticado pelo pai ou padrasto. As entrevistadas foram contactadas através do Serviço Sentinela do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), em Campina Grande-PB, sendo escolhidas aquelas que não acreditaram no abuso sexual e/ou não demonstraram resposta de apoio à filha durante o processo de acompanhamento psicossocial proposto pela instituição.

Quanto ao nível de instrução, das sete participantes, seis possuíam o ensino fundamental incompleto e apenas uma o ensino médio completo. Todas tinham dois filhos ou mais. Três casadas moravam com seus respectivos companheiros. Outras três estavam separadas do atual companheiro. A outra era viúva devido ao fato de o pai da criança, autor do abuso, ter cometido suicídio quando recebeu a intimação da audiência. Três moravam com companheiro e filhos; as outras três, apenas com os filhos; e outra morava com a mãe, irmão e filha. Seis delas não trabalhavam e uma exercia a função de cozinheira.

Em relação a quem praticou o abuso, em cinco das sete participantes foi o padrasto; em um caso foi o pai quem abusou das duas filhas; e em outro, o autor abusou das duas filhas, sendo que era pai de uma e padrasto da outra. A denúncia foi realizada anonimamente nas situações referentes aos companheiros de três mulheres; em dois casos, partiu da equipe escolar; em outro, foi o pai da criança (o denunciado era o padrasto); em outro, foi a avó

materna da criança quem realizou a denúncia. A situação de violência perdurou por anos e por diversas vezes em cinco casos; em dois, ocorreu apenas uma vez.

Este estudo foi desenvolvido de acordo com os moldes de uma pesquisa especificamente qualitativa. A análise dos dados foi realizada segundo os pressupostos da análise de conteúdo, que consiste em identificar os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja frequência significa algo para o objetivo analítico pretendido, buscando ultrapassar “o alcance meramente descritivo do conteúdo manifesto da mensagem, para atingir, mediante a inferência, uma interpretação mais profunda” (Minayo, 1992, p. 203). Na análise dos dados, portanto, foram valorizados aspectos, como conteúdos psicossociais, contextos culturais e contingências das histórias das participantes.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de maio e julho de 2009, nas casas das participantes ou na própria instituição, ficando a critério de escolha das mães. Cada entrevista teve em média a duração de uma hora.

Como instrumento principal para a coleta de dados, optou-se pelo uso da entrevista semiestruturada, por sua característica de deixar fluir livremente a narrativa da pessoa entrevistada, e ainda por permitir a utilização de um roteiro preestabelecido, auxiliando o pesquisador na condução da entrevista. Este roteiro continha questões acerca da denúncia de abuso sexual sofrido pela filha, dos sentimentos envolvidos, das relações com sua família de origem e a família atual.

Todos os cuidados éticos envolvendo estudos com seres humanos foram adotados no decorrer da pesquisa. Antes de cada entrevista, foi apresentado e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, pelas participantes. Com o intuito de preservar suas identidades, os nomes de todas as participantes foram deliberadamente forjados. Foi utilizado o gravador com a devida autorização das entrevistadas, a fim de tratar as temáticas trabalhadas durante a entrevista, e posteriormente as falas foram transcritas, literalmente.

A análise dos dados foi realizada em três etapas: (1) Uma leitura atenta de todas as entrevistas, buscando-se selecionar as informações que estivessem em consonância com os objetivos da pesquisa. (2) A partir da leitura do material, o texto foi recortado em suas unidades de registro, buscando-se identificar as categorias que foram trabalhadas, organizando-as em uma tabela. (3) Tratamento dos resultados e interpretação, os temas emergentes na fala das participantes foram analisados com base no aporte teórico levantado.

Nesta perspectiva, este trabalho encontra-se dividido em três artigos: o primeiro teórico e os dois subsequentes empíricos. O primeiro aborda a Problemática do Abuso Sexual na Psicanálise, considerando aspectos relacionados ao abuso sexual de uma forma ampla e sua dinâmica no âmbito intrafamiliar, em articulação com a psicanálise.

O segundo artigo Desmentido Materno: O Posicionamento Subjetivo das Mães Diante do Abuso Sexual de Suas Filhas analisa as possíveis motivações apresentadas pelas mães para não acreditar na situação de abuso sexual sofrido pelas filhas, bem como o posicionamento subjetivo das mães ao tomar conhecimento da denúncia. A análise das respostas indica que o desmentido materno, apesar de estar vinculado a uma visão da mãe como cúmplice do companheiro abusador, pode funcionar como um mecanismo de defesa para negar a realidade que se coloca de forma tão ameaçadora, atrelada a elementos de sua própria história de vida.

O terceiro explora os elementos da história de vida das mães, considerando o relacionamento com a filha, o companheiro e sua família de origem. A análise dos dados evidencia a perspectiva de duas mães que também sofreram abuso sexual na infância e não foram acreditadas por suas mães, bem como as diversas dificuldades de relacionamento com a família apresentadas pelas outras entrevistadas. Foram abordados elementos, como a transgeracionalidade da violência e a compulsão à repetição, demonstrando a reedição do drama materno.

Esta pesquisa proporcionou um espaço de acolhimento a essas mães, que puderam falar sobre a experiência que passaram e os sentimentos envolvidos, de maneira livre, sem pensar nas implicações legais que suas narrativas pudessem ter. Se, por um lado, o acesso a elas não foi nada fácil, devido à própria distância que mantinham da instituição que acompanha sua filha, por outro, a aproximação fez com que a armadura, muitas vezes empenhada para falar sobre a denúncia de abuso sexual, na qual elas não acreditaram, fosse abaixada e assim puderam deixar vir à tona suas histórias de sofrimento, desamparo e dor.

A PROBLEMÁTICA DO ABUSO SEXUAL NA PSICANÁLISE

Márcia Candelaria da Rocha Ramos

Luciana Leila Fontes Vieira

RESUMO

O abuso sexual é um fenômeno que existe desde os primórdios da humanidade, mas somente na contemporaneidade vem ganhando destaque e visibilidade, configurando-se como um grave problema de saúde pública. No âmbito intrafamiliar, sua dinâmica envolve mais frequentemente o segredo e a sedução, apoiada numa relação de confiança e afeto entre o agressor e a criança. No campo psicanalítico, a temática do abuso sexual ocupa uma posição controvertida devido às construções freudianas que conduziram à passagem da Teoria da Sedução para a Teoria da Fantasia. As considerações de Ferenczi contribuíram para a reflexão do traumatismo sexual como um dos fatores patogênicos mais importantes na formação dos sintomas neuróticos. Na origem do trauma, encontra-se a presença de um evento real e de um desmentido por parte de um adulto, que se apresentava para a criança como modelo identificatório. Se, por um lado, a psicanálise situa-se numa posição controversa com o abandono da Teoria da Sedução e a formulação do Complexo de Édipo e da Sexualidade Infantil, por outro, ela traz inúmeras contribuições para pensar a clínica com crianças vítimas de abuso sexual.

Palavras-chave: Abuso sexual; trauma; psicanálise.

ABSTRACT

The phenomenon of sexual abuse exists since the beginning of humanity, but it has only gained attention and visibility in the contemporary society, turning into a serious public health problem. Its dynamics abuse within family often involves secrets and seduction, supported by the relationship of trust and affect between aggressor and victim. Sexual abuse stands on a controversial position in psychoanalytical studies due to Freudian constructions that led the passage from seduction to fantasy theories. Ferenczi's considerations have also contributed to the reflection of sexual trauma as one of the most important pathogenic factors for the formation of neurotic symptoms. The origin of the trauma stands upon a real event and a disavowal from an adult that presents itself as an identity model for the child. If, by one hand, psychoanalysis stands on a controversial position with the abandonment of seduction theory and the conceptions of the oedipal complex and infantile sexuality, on the other hand, it brings up many contributions for the comprehension of the clinic with children who suffered sexual abuse.

Keywords: Sexual abuse; trauma; psychoanalysis.

INTRODUÇÃO

O abuso sexual em crianças se configura como um grave problema de saúde pública, sendo considerado um fenômeno complexo que perpassa todas as idades, classes sociais, etnias, religiões e culturas, atingindo um número crescente de vítimas que se calam diante dessa realidade. Por ser um acontecimento que é envolto pelo segredo, pelo silêncio, do qual muitas vezes fazem parte os familiares, vizinhos e os próprios profissionais que atendem as crianças vítimas de violência, o acesso aos dados reais se torna bastante complicado (Pfeiffer & Salvagni, 2005).

Os estudos voltados para esta temática a partir da perspectiva psicanalítica são escassos, por esta razão ao construir um panorama acerca do abuso sexual infantil na atualidade foram utilizados autores de diferentes perspectivas teóricas.

O abuso sexual compreende todo ato ou jogo sexual em que o adulto ou pessoa, em estágio de desenvolvimento mais adiantado, submete a criança ou o adolescente para obter satisfação sexual, impondo-se pela utilização de força física, ameaça ou sedução, palavras ou oferta de presentes (Santos, Neumann & Hippolito, 2004). Esta definição aborda o relevante aspecto de poder entre abusador e vítima, bem como as diversas maneiras de atuação que podem não necessariamente envolver o contato físico. As relações violentas englobam, implicitamente, relações assimétricas de poder que podem estar baseadas na ideologia de gênero, de classe social, de raça/etnia e geracional. De fato, elas podem envolver várias situações caracterizadas pela coisificação do sujeito, ou seja, a sua conversão em objeto que resulta na destituição dos seus direitos e desejos (Guerra, 2008).

Segundo Pfeiffer e Salvagni (2005), a dominação do mais forte sobre o mais fraco sempre ocorreu de diversas formas e nas mais diferentes esferas da sociedade. Some-se a este aspecto, o fato de a criança ou adolescente sempre ter sido vista com menos poder e com

pouca importância em relação aos adultos. Este mote é apontado como um dos principais fatores que contribuem para a frequente ocorrência de maus-tratos a eles.

Outro aspecto significativo refere-se ao despreparo e à imaturidade por parte de crianças e adolescentes para compreender e discernir com clareza a gravidade da situação (Furniss, 1993). As meninas buscam carinho e afeto da figura masculina e recebem em troca um carinho erotizado, sendo muitas vezes responsabilizadas por isso. Cabe ao adulto entender que, mesmo diante de um possível comportamento sedutor da criança, é preciso delimitar as fronteiras adequadas na interação afetiva. Neste sentido, o abuso sexual delinea-se como um fenômeno multifacetado perpassado por fatores econômicos, sociais, culturais, psicológicos e geracionais, que requer diferentes estratégias de enfrentamento.

As práticas que compreendem o abuso sexual incluem carícias, voyeurismo, exibicionismo, assédio, masturbação e sexo oral, em que o abusador utiliza a intimidação e a ameaça, o que faz com que a criança não consiga revelar o abuso para ninguém. Ela é simultaneamente vítima e testemunha do abuso sexual. A revelação depende do depoimento da criança ou de alguém que consiga perceber alguma indicação da sua ocorrência. O depoimento poderá denunciar o abuso e provocar ou não o procedimento de acolhimento, resultando eventualmente na punição do agressor. Estes fatores compõem o que se denomina Síndrome do Segredo (Furniss, 1993).

Algumas instâncias que atuam no enfrentamento ao abuso sexual, ainda hoje têm uma visão equivocada de que o abuso sexual só existe quando há a conjunção carnal, ou seja, o ato sexual propriamente dito. Os tribunais, por exemplo, exigem que haja a comprovação do abuso sexual, por meio de regras estritas, como o depoimento da criança, de testemunhas e a comprovação do exame pericial (Habigzang, Corte, Hatzenberger, Stroehrer & Koller, 2008).

Como afirmam Froner e Ramires (2008), além da dificuldade em revelar a situação abusiva dentro de seu âmbito familiar, a criança poderá estar implicada em algum processo

judicial para que seja garantida a sua proteção integral e a responsabilização do agressor. As questões que envolvem o sistema de justiça, como a demora na escuta da criança, a revivência de fatores traumáticos e a culpabilização da família em relação à vítima podem fazer com que haja uma negação dos fatos anteriormente denunciados pela criança.

Em geral, parte-se do pressuposto de que a fantasia é uma característica própria da vida infantil e de que a imaginação está associada à sua criatividade para Inventar Histórias. Esta concepção se baseia na percepção de que a criança muito nova não consegue distinguir entre realidade e fantasia e de que esses aspectos fazem parte do desenvolvimento infantil.

Esta tese, porém, restringe a possibilidade de compreensão da violência contra a criança que, muitas vezes, é desacreditada por pessoas próximas e, em alguns casos, os profissionais envolvidos podem adotar uma postura apática por receio ou falta de conhecimento para lidar com o assunto, preferindo entender algumas evidências como fantasias, a ter que se envolver nessas situações. No momento, felizmente essa concepção vem perdendo valor, pois se sabe que poucos são os casos onde a denúncia de abuso sexual referia-se apenas a uma fantasia infantil (Gabel, 1997).

Diante dessa realidade, a sociedade em geral e os poderes públicos vêm adotando uma postura mais consciente em relação à forma de se perceber as violações aos direitos das crianças e adolescentes. A criação e a aplicabilidade de leis, que fazem com que profissionais sejam obrigados a denunciar, também contribuíram efetivamente para uma maior articulação no combate a esta forma de violência.

É importante destacar que, apesar de o abuso sexual ser um fenômeno que existe desde os primórdios da humanidade, somente na contemporaneidade vem ganhando destaque e visibilidade, por meio de pesquisas científicas e da comunidade, através do aumento dos números de denúncias por pessoas não diretamente envolvidas com as vítimas.

Dois fatores podem ter contribuído para este fenômeno: o crescimento disseminado de informações sobre o tema e a aplicabilidade da Lei prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que em seu artigo 245 considera infração administrativa passível de pena (multa) “deixar o médico, professor, responsável pelo estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente” (Brasil, 2005; Diniz, 2009, pp.112-114).

Ademais, mesmo com a evolução de leis e de serviços de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, as situações em que eles são vítimas de abuso não deixaram de acontecer. Ocorre também que alguns profissionais e familiares envolvidos entendem que é a própria criança a causadora do despertar dos desejos sexuais por parte de um adulto (Pfeiffer & Salvagni, 2005).

O abuso sexual pode ser qualificado como extrafamiliar quando ocorre fora do contexto familiar, envolvendo pessoas estranhas à criança, e como intrafamiliar, quando acontece no seio da família (Habigzang & Caminha, 2004). Os casos de maior frequência são os intrafamiliares, cuja ação está vinculada, ao mesmo tempo, à sedução e à ameaça. Este tipo de abuso está envolto em relações familiares complexas, pois os abusadores são pessoas da família com ou sem laços de consanguinidade. O segredo familiar geralmente está presente visando a preservação do provedor e, muitas vezes, há a complacência de outros membros da família (Faleiros, 1997).

A Dinâmica do Abuso Sexual Intrafamiliar

A problemática do abuso sexual envolve a família que deve ser tratada como um alvo privilegiado de intervenção, pois sem a participação dela dificilmente haverá um avanço na

superação das consequências desta forma de violência. Nesta conjuntura, é válido considerar que não só a criança passa por um processo doloroso e de fragilização, mas também a família, principalmente a mãe, que sofre os efeitos desta situação que remete a questões, como traição, abandono e escolha entre denunciar ou calar.

A família, nas suas mais diferentes formas de organização, é entendida como base do tecido social caracterizada pela existência de um vínculo emocional dinâmico e único do qual se espera que cumpra funções psicoafetivas essenciais para a saúde e bem-estar dos seus membros (Cohen & Gobetti, 2003).

Há um consenso entre os mais diversos autores de que a severidade dos possíveis reflexos do abuso está diretamente ligada ao fato de a violência ter sido cometida por membros da família ou por alguém com quem a criança possui laços afetivos significativos (Cohen & Gobetti, 2003; Habigzang & Caminha, 2004; Habigzang, Azevedo, Koller & Machado, 2005). Mas, sobretudo é preciso considerar os aspectos que norteiam esta prática no âmbito familiar que estão apoiados em determinadas estruturas e dinâmicas familiares peculiares e vem acompanhado por segredos e pela impossibilidade de fala e de significação destas situações.

Os fatores determinantes deste tipo de abuso envolvem várias questões: as culturais, as referentes aos relacionamentos, como a dependência social e afetiva entre os membros da família, e ainda as que abrangem a sexualidade da criança ou dos próprios pais. Esta complexa dinâmica familiar faz com que haja uma subnotificação e a perpetuação do silêncio (Azevedo, 2001).

O abuso sexual intrafamiliar é considerado por Cohen e Gobetti (2003) como algo que está intimamente relacionado ao proibido. Esta característica faz com que haja uma interdição implícita de se falar no assunto que o transforma em tabu. Na tentativa de preservar a família, o segredo é mantido internamente, reforçando a dificuldade da sociedade em aceitar que a

família nem sempre é um ambiente seguro. Desta forma, o ambiente familiar, que deveria ser o espaço onde a criança se sentiria protegida, torna-se palco de violência. Parece-nos que esse paradoxo (ser violentada onde deveria ser protegida) gera uma impossibilidade de resignificação por parte da criança, o que a impediria de agir.

A configuração de abuso sexual infantil é desencadeada e mantida por uma dinâmica complexa, sendo compreendida como uma forma de violência doméstica que ocorre de maneira recorrente e insidiosa num ambiente que favorece esse tipo de interação. O agressor (responsável ou cuidador), apoiado na relação de confiança, afeto e poder que tem com a criança, busca se aproximar, aos poucos, adequando seus atos como demonstrações afetivas e de interesse. De fato, a criança não consegue identificar, preliminarmente, que se trata de uma interação abusiva, pois essa aproximação é recebida com satisfação por ela, que se sente privilegiada em relação aos demais, já que detém a atenção do seu cuidador. Este consegue fazer com que ela acredite que seus atos são normais entre relacionamentos de pais e filhas, ou mesmo entre a posição de parentesco que ocupa em relação à criança, solidificando uma ideia de proteção e segurança (Habigzang & Caminha, 2004; Pfeiffer & Salvagni, 2005).

Conforme a criança vai percebendo o que está se passando, o abusador se utiliza de recursos, como ameaça ou barganhas, para que ela mantenha a situação em segredo, o que favorece a manutenção do abuso. O agressor a coloca no lugar de provocadora e participante, desencadeando nela sentimentos de culpa pelo abuso.

A família, portanto, passa por uma desintegração de sua estrutura que, em geral, já era bastante frágil. E quando há o envolvimento de familiares, dificilmente a vítima ou a pessoa responsável por ela parte para uma denúncia, por diversos motivos: medo do abusador, de perder os pais, de ser expulso de casa, de que outros membros da família não acreditem no seu relato, e de ser o principal causador do conflito familiar (Azevedo, 2001).

Assim, numa tentativa de preservar a unidade familiar, a criança se cala, ora por ter tentado denunciar e não ter sido acreditada, ora por crer que seu silêncio é fundamental para que não haja a dissolução de sua família. Como, usualmente, é o pai ou o padrasto quem comete o abuso intrafamiliar, visto que em 79% dos casos esses são os autores do abuso, a mãe é envolvida nesta situação, seja como cúmplice ou como vítima (Habigzang et al, 2005). A criança, quase sempre, sente-se desprotegida também pela mãe, já que entende que ela permitiu a aproximação do abusador. A insegurança desencadeia na criança o medo de não ser ouvida e/ou acreditada, o que faz com que ela permaneça em silêncio (Pfeiffer & Salvagni, 2005).

A dinâmica da família abusiva é bastante complexa e disfuncional, pois muitas vezes outras formas de violência estão presentes, tais como: violência contra a mulher, negligência, violência física e psicológica. As características que compõem esse tipo de família são bastante peculiares: isolamento social (famílias que são muito restritas ao acesso de terceiros); pai e/ou mãe abusados ou negligenciados em suas famílias de origem; pai alcoolista; pai extremamente autoritário ou moralista; mãe excessivamente passiva e ausente. Não se deve, contudo, estabelecer uma relação de causalidade entre esses fatores e o abuso sexual intrafamiliar (Amazarray & Koller, 1998).

Azevedo (2001) assegura que nenhum sujeito passa impune por uma experiência de abuso sexual, posto que acarreta um intenso sofrimento que pode se agravar ainda mais quando há falta de sensibilidade daqueles a quem se costuma recorrer. Nesses casos, a violência física e moral vem acompanhada da dor do descrédito e inclusive da inversão do papel de vítima para o de sedutora.

Neste sentido, é imprescindível que a pessoa para a qual a criança destinou a sua confiança possa acolhê-la em seus medos, incertezas e culpas. Visto que do contrário a criança poderá ser revitimizada através da incredulidade dos adultos, o que pode resultar em

mecanismos de defesa que a conduzam a desmentir a queixa realizada. Como afirma Gabel (1997), “a criança tem medo de falar e, quando o faz, o adulto tem medo de ouvi-la” (p. 11).

No atendimento às famílias incestuosas, Figaro-Garcia (2004) aponta que:

O ato sexual em si parece ser menos traumático do que, por exemplo, a incerteza da criança ou do adolescente no que diz respeito à crença por parte da mãe ou da família com relação à sua história de abuso (p. 69).

Prado e Pereira (2008) afirmam que são inúmeras as consequências das situações abusivas na infância, implicando fatores traumáticos, internos e externos, a curto, médio e longo prazos. Alguns aspectos devem ser considerados para mensurar o alcance dos danos:

A idade da vítima, a recorrência das situações abusivas, a complacência e a convivência dos familiares, as reações familiares após a revelação, agravadas quando implicam desmentir a criança, denegação e permanência da situação abusiva, com o silêncio e o conluio dos familiares, sem contar uma possível falta de compromisso por parte de outros adultos do ambiente da criança, inclusive do sistema escolar e de saúde. Membros da família extensa podem conhecer a situação e preferir se calar para não separar a família (Prado & Pereira, 2008, p. 279).

Fuks (2006) alerta que o abuso sexual infantil é um traumatismo capaz de alterar a história do sujeito, tendo efeitos variáveis, mas sempre presentes no decorrer de sua existência e, ao depender da ressignificação da situação traumática, pode atingir também a próxima geração. A transmissão intergeracional é marcada por conluios, omissões e mentiras, condicionados ao pacto de silêncio que provoca repetições inconscientes do acontecimento transgressivo.

A temática do abuso sexual ocupa uma posição controvertida no campo psicanalítico. Esta característica se relaciona às construções freudianas que conduziram à passagem da Teoria da Sedução para a Teoria da Fantasia. Sabemos que Freud, através da carta endereçada a Fliess nº 69, em 1897, afirma não acreditar mais nas suas histerias, colocando em questão a Teoria Real do Trauma da Sedução. Ora, para o autor, se a histeria fosse provocada pelo abuso cometido pelo pai, deveria haver mais pais perversos do que histerias, algo absolutamente impossível. Sendo assim, assegura que para se desenvolver a histeria deveriam estar associados outros fatores. É ainda evidenciada a constatação de que no inconsciente não há distinção entre verdade e fantasia catexizada com o afeto, assim fantasia e realidade podem assumir o mesmo valor traumático (Freud, 1950/1987).

A Teoria do Trauma, formulada por Freud em 1895, foi a primeira tentativa de explicação para a origem dos sintomas histéricos. Esta formulação pode ser claramente entendida através da explanação do caso Emma apresentado pelo autor, em 1895. Em uma breve exposição, relata que Emma o procurou, apresentando um sintoma fóbico de não poder entrar sozinha em lojas. Como motivo para esta dificuldade, recordou-se de uma lembrança de quando tinha 12 anos, ela entrou em uma loja e dois vendedores riram, o que a fez acreditar que estavam rindo dela, de sua roupa.

Entretanto, por meio de novas investigações, foi revelada uma segunda lembrança, que ela nega ter tido em mente. Aos 8 anos de idade, Emma esteve numa confeitaria, por duas vezes, e na primeira, o proprietário acariciou seus genitais por cima da roupa. Apesar da primeira experiência, ela voltou lá uma segunda vez, o que a fez se recriminar por ter voltado ao local, como se dessa maneira tivesse intencionada a provocar a investida do homem que a tocou. Sendo assim, Freud nos mostra que basta estabelecer um vínculo associativo entre

ambas as cenas para compreender o que se passou – vendedores, riso, roupas, sensação sexual.

A segunda cena, aos 8 anos, inicialmente não foi compreendida como sexual; somente depois da cena em que ela entra na loja e encontra dois vendedores, inclusive um deles lhe atrai fisicamente, ela se recorda do evento ocorrido, que passa a ser ressignificado como sexual, acionando a defesa patológica. A razão de estes fatos se organizarem desse modo é apontada por Freud como sendo o retardamento da puberdade, em comparação com o resto do desenvolvimento do indivíduo, ou seja, as mudanças que são ocasionadas nesta fase tornam possível uma compreensão distinta daquela que era lembrada (Freud, 1895/1986).

Dentro dessa perspectiva, nesse segundo tempo a criança vive alguma situação que lhe traz conexões com a primeira experiência, desencadeando um afluxo de excitações excessivo que a impede de elaborar psiquicamente, instalando-se assim o trauma. O recalque obtido pelo trauma eliminaria da consciência a lembrança, porém seus efeitos seriam perceptíveis através dos sintomas histéricos, como as fobias, as inibições e as manifestações somáticas (Faiman, 2004; Gabel, 1997).

Além desse aspecto, em outro documento anterior, Carta 52, endereçada a Fliess, Freud acentua a importância da sedução paterna, como fator desencadeante dos sintomas histéricos. Assim, um evento sexual de uma dada fase atua sobre a fase seguinte como se fosse um evento atual e, por conseguinte, não é passível de inibição.

O que determina a defesa patológica (recalcamento), portanto, é a natureza sexual do evento e a sua ocorrência numa fase anterior (...). Cada vez mais me parece que o ponto essencial da histeria é que ela resulta de perversão por parte do sedutor, e mais e mais me parece que a hereditariedade é a sedução pelo pai (Freud, 1950/1987, pp.256-258).

Neste sentido, a Teoria da Sedução ocupa um lugar de destaque para ilustrar o que ocorre no abuso sexual, o seu impacto no desenvolvimento da personalidade da vítima e a questão da sua real existência ou não (Almeida, 2003).

Freud, contudo, sempre se mostrou em dúvida quanto à autenticidade da cena incestuosa. Apesar dos intensos relatos de seus pacientes, reproduzindo através da transferência as experiências de sedução vividas na infância, ele sustentou que não havia compatibilidade dessas lembranças com a realidade (Faiman, 2004; Pfeiffer & Salvagni, 2005; Pizá, 2004).

Laplanche (1985) constata que a partir desse momento da história – 1897 –, a obra freudiana é marcada por oscilações quanto à sedução e mais precisamente a realidade das cenas sexuais na infância, pois afirma que apesar de Freud acentuar que não existe distinção em relação à realidade ou fantasia, posto que a fantasia também possui uma realidade, ele nunca desistiu de procurar evidências reais que comprovassem o que se passou na infância.

A oscilação vertiginosa de Freud entre a realidade do incesto, o trauma sexual dele resultante, os afetos destrutivos, demolidores envolvidos e as suas teorias da fantasia, ainda hoje são aspectos contraditórios, mal resolvidos, mesmo no centro das pesquisas psicopatológicas freudianas (Pizá, 2004, p. 20).

Para a psicanalista Alice Miller, o grande dilema de Freud é o de não poder decidir se a rememoração da experiência incestuosa na infância, relatada pelos seus pacientes, refere-se à realidade ou fantasia. Para esta autora, a Teoria das Pulsões, referente à sexualidade infantil, e o Complexo de Édipo, formulado por Freud em 1897, contribuíram para retardar em 90 anos a descoberta de abuso sexual sofrido por crianças, assim como o seu recalçamento no inconsciente e suas conseqüências. Neste sentido, a popularidade desta teoria desencadeou uma cegueira e surdez coletiva ao longo da formação de muitas gerações de analistas, no que diz respeito à realidade da violência na infância. Miller (1986, citado por Pizá, 2004) afirma

que são os próprios psicanalistas que mais prejudicam a psicanálise ao se apoiarem numa postura pedagógica tradicional, esquecendo-se de aprender a escutar a voz da criança e assim poder confiar nela.

A questão edípica é tratada por Freud em diversos momentos de sua obra, sendo primeiramente mencionada no Rascunho N, que vem logo após a Carta 64, no qual se refere a um sonho em que ele externava Sentimentos Supercarinhosos para com sua filha mais velha. Questiona-se, então, se não há um desejo seu em “encontrar um pai que seja o causador da neurose” (p. 274). Mais adiante no Rascunho N, aparece a ideia da hostilidade contra os pais como elemento integrante da neurose, ideia proveniente do mito de Édipo (Freud, 1950/1897, Moreira, 2004).

Em *Psicologia de Grupo e a Análise do Ego* (1921/1976), Freud descreve o Complexo de Édipo através da identificação que é estabelecida por meio do laço com outra pessoa. O menino admira o pai, quer ser como ele e ocupar o seu lugar. Ao mesmo tempo, desenvolve um direcionamento libidinal em relação à mãe, ou seja, a toma como uma catexia de objeto sexual e o pai como identificação. Quando o menino percebe o pai como um obstáculo em relação à mãe, passa a ter sentimentos hostis para com ele; na verdade, a identificação com o pai já era ambivalente desde o início. Assim, Freud enuncia que poderá haver diversos desfechos para o complexo.

Em *O Ego e o Id* (1923/1976), complementa as informações trazidas anteriormente, enfatizando que a dissolução do Complexo de Édipo ocorre junto com o abandono da catexia objetual direcionada à mãe; em seu lugar, afirma que o menino poderá se identificar com a mãe, ou o que seria mais normal: intensificar a sua identificação com o pai. No caso das meninas, aponta que o complexo acontece de maneira análoga: o desfecho se daria quando a menina intensificasse a identificação, ou esta ocorresse pela primeira vez com a mãe. Acrescenta em *A Dissolução do Complexo de Édipo*, que é a “ameaça de castração que

ocasiona a destruição da organização genital fálica da criança” (1924/1976, p.219), o que significa dizer que a criança em determinado momento hesitará perder o seu órgão genital e então renunciará ao seu objeto libidinal.

Moreira (2004) assinala o fato de que no menino a ameaça da castração resultará no declínio do Édipo, enquanto que nas meninas representa a possibilidade de sua entrada na cena edípica. Assim, Freud refere que na menina:

Seu Complexo de Édipo culmina em um desejo, mantido por muito tempo, de receber do pai um bebê como presente – dar-lhe um filho. Tem-se a impressão de que o Complexo de Édipo é então gradativamente abandonado de vez que esse desejo jamais se realiza (1924/1976, p. 223).

Em seu texto *Sexualidade Feminina* (1931/1974), Freud apresenta o desenvolvimento da sexualidade na menina, pontuando em diversas ocasiões que nela o Complexo de Édipo se daria de maneira diferente do que no menino, pois haveria uma fase pré-edípica na qual a menina se encontraria ligada à mãe, e que esta seria responsável pelo despertar dos estímulos sexuais na criança, através dos toques proferidos na higienização corporal. Somente posteriormente, a menina, ao perceber a castração, entraria no Complexo de Édipo, direcionando o seu amor para o pai. A concretização do ato incestuoso seria então a vivência real daquilo que estaria presente somente na fantasia edípica, praticado por um ser humano perverso que, se utilizando da sedução e da violência, impõe à criança de sua família a ação incestuosa.

Nos *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*, Freud (1905/1972) considera que a pulsão sexual está presente na infância, atribuindo grande importância ao seu desenvolvimento desde o nascimento. Traz à tona ainda que a exacerbação ou exclusividade de alguma atividade sexual, considerada até então como perversão, constitui a própria sexualidade infantil, isto é, a sexualidade perversa polimorfa.

Esta constatação aponta para a compreensão da criança como um sujeito ativo do desejo, provocando uma ruptura nos moldes de como a sexualidade humana era entendida naquele tempo, desfazendo a visão da criança até então vista como um ser passivo diante dos adultos (Faiman, 2004; Lima & Pollo, 2005).

Assim, a Teoria da Sedução é superada pela Teoria do Complexo de Édipo e do desenvolvimento da sexualidade infantil. Se, inicialmente, Freud em sua Teoria da Sedução considerava a sedução parental infantil como uma realidade, posteriormente, com a Teoria do Complexo de Édipo, atribui o relato de seus pacientes à fantasia e se interessa pelos desejos infantis. Assim, enquadra as crianças num percurso desenvolvimental normativo, tendo como finalidade a superação do Complexo de Édipo. Constata-se que ao abandonar a Teoria da Sedução, mesmo demonstrando preocupação com a temática do incesto, Freud contribuiu para que o abuso sexual concretizado se tornasse um tabu para a psicanálise (Pizá, 2004; Almeida, 2003).

Além de não dar crédito ao relato da criança que é abusada, a psicanálise, ao conferir um valor primordial aos desejos sexuais precoces e à existência de fantasias incestuosas, contribuiu para que seja potencializada a noção da criança como sedutora do abusador. Devido a este aspecto, existia uma forte tendência para acreditar que era a criança culpada por essa interação, como no caso em que alguns profissionais e familiares envolvidos consideravam que era ela quem desenvolvia comportamentos sedutores para conseguir atenção e afeto (Almeida, 2003).

Esta não é, contudo, uma visão institucionalizada. Há autores, como o psicanalista Ferenczi, que não consideraram a fantasia edipiana uma justificativa para os atos sexuais abusivos. Este autor aponta que o traumatismo sexual é um dos fatores patogênicos mais importantes na formação dos sintomas neuróticos. Ele afirma que, mesmo naquele tempo, o número de crianças pertencentes a famílias tradicionais, que eram vítimas de abuso sexual

dentro de suas próprias casas, era muito superior ao que se poderia imaginar. Enfatiza que os autores dessa violência familiar eram os próprios pais (que poderiam buscar, através dessa prática, um substituto para as suas insatisfações) ou pessoas de confiança, como membros da mesma família (tio, tia, avós...), ou pessoas que realizavam o trabalho doméstico (Ferenczi, 1992).

Para Ferenczi (1992), as seduções incestuosas que acontecem entre um adulto e uma criança se originam no afeto, pois esta relação está baseada no amor. A criança possui fantasias lúdicas em relação à função materna, sendo que o jogo proposto por ela permanece sempre no nível da ternura, mesmo quando assume uma forma erótica.

Alguns adultos, entretanto, utilizando-se da linguagem da paixão, confundem este jogo infantil com os desejos de uma pessoa que já possui maturidade sexual e, assim, cometem atos sexuais inconsequentes com crianças. Ressalta que, nesse sentido, são muito comuns as experiências sexuais ocorridas entre adultos e crianças, de caráter homo ou heterossexuais. Acrescenta que as crianças sentem um medo intenso diante dessas situações, não conseguindo, portanto, reagir negativamente ao abuso praticado pelo adulto. Este, com sua força e autoridade, as faz calar e paralisar, deixando-as sem possibilidade de protestar sequer em pensamento.

Ferenczi acredita que a criança pode se identificar de tal maneira com o agressor, provocando a sua própria introjeção, inclusive do sentimento de culpa, considerando o ato incestuoso como merecedor de punição. Assim, ela se vê inocente e culpada simultaneamente, perdendo a confiança em si mesma.

De um modo geral, as relações com a mãe não possuem intimidade suficiente para que a criança possa encontrar apoio; algumas tentativas podem ser realizadas, mas logo são desencorajadas pela genitora que as considera como bobagens. As crianças vítimas de abuso podem desenvolver uma obediência mecânica ou podem se fixar numa atitude obstinada sem

que se consiga buscar explicações para tal atitude. Elas têm fantasias lúdicas em relação a ocupar os lugares parentais, mas isso ocorre apenas em imaginação.

Na realidade, as crianças não querem ser privadas da ternura, principalmente materna. Esta confusão na transmissão de um amor diferente daquele que elas desejam pode trazer sérias consequências, tais como aquelas em que há privação do amor. Essas consequências dizem respeito ao que Ferenczi (1992) denominou de confusão de línguas entre o adulto e a criança.

O processo de introjeção passa a ser a incorporação do adulto que maltrata e violenta, e não aquele que ama e protege. A esse processo, Ferenczi chamou de desmentido, “a paixão desmentindo a ternura” (Pons & Pacheco-Ferreira, 2002). Nesse momento, Ferenczi (1992) recorre à expressão identificação com o agressor para explicitar o comportamento da criança de submissão total à vontade do agressor. A introjeção do sentimento de culpa do adulto seria resultante do medo.

Em *Estudos Sobre a Histeria* (1893/1986), Freud acentua a seriedade do fator traumático na vida de um sujeito e pontua que uma situação vivida na infância, mesmo após algum tempo, pode continuar agindo de forma muito intensa, e que o esmaecimento de uma lembrança ou a perda de seu afeto está associado a vários fatores. Considera que o mais importante é se houve alguma reação ativa ao fato capaz de desencadear um afeto, pois quando ocorre uma reação em grau suficiente, a maior parte deste afeto submerge como consequência; já quando a reação é reprimida, o afeto permanece ligado à lembrança. Conclui, afirmando que a linguagem muitas vezes serve de substituta para a ação e que através dela este afeto pode ser ab-reagido.

Em outros casos, o próprio falar é o reflexo adequado: quando, por exemplo, essa fala corresponde a um lamento ou é a enunciação de um segredo torturante, por exemplo, uma confissão. Quando não há uma reação desse tipo, seja em ações ou palavras, ou,

nos casos mais benignos, por meio de lágrimas, qualquer lembrança do fato preserva sua tonalidade afetiva do início (Freud, 1893/1986, p. 46).

Posteriormente, Freud relega esse elemento da ab-reação para segundo plano, utilizando-se da associação livre. Contudo, enquanto ele postulava a existência de um evento real traumático, geralmente de origem sexual, na base da etiologia das neuroses, o tratamento se baseava na ab-reação dos afetos que teriam ficado estrangulados desde a ocorrência do trauma.

Ferenczi assinala que a criança que sofreu o traumatismo recebe dos adultos uma incompreensão aparente, sendo punida devido à enorme injustiça que representa. Os adultos exigem da criança uma capacidade de superação que ela ainda não possui, ou então “reagem com um silêncio de morte que torna a criança tão ignorante quanto se lhe pede que seja” (1992, p. 111).

O abuso sexual não é nomeado enquanto tal e se encaminha como se não tivesse ocorrido. A criança não recebe autorização e nem consegue nomear a experiência do abuso e ainda, frequentemente, sofre ameaças sendo impedida de falar (Furniss, 1993).

Como afirma Figaro-Garcia (2004), o significado do trauma na questão do abuso sexual intrafamiliar é variável entre as famílias incestuosas. O trauma pode estar na ocorrência, no conhecimento, no reconhecimento ou na revelação do ato incestuoso em si. Ele pode também se manifestar na constatação do desamparo e da falta de estruturação familiar.

Como bem coloca Ferenczi (1992), o traumático parece se referir bem mais ao desmentido do acontecimento pela mãe da criança, do que ao ato sexual em si. A criança vai à busca

[...] de um adulto que pudesse dar sentido ao que não fez sentido. Esse adulto, por sua vez, não suportando o relato da criança, a desmente, exigindo de maneira radical e unívoca que o escutado não passe de uma fabulação infantil (Pinheiro, 1995, p. 68).

A rejeição de uma realidade externa foi tratada por Freud no artigo Fetichismo (1927), explicando-a como um mecanismo utilizado pelo indivíduo para não reconhecer a realidade de uma percepção desagradável, provocando, muitas vezes, uma cisão do psiquismo. Difere do que ocorre na psicose, pois aqui é preservada a ligação com a realidade; pontua que “na neurose, um fragmento da realidade é evitado por uma espécie de fuga, ao passo que na psicose ele é remodelado” (1927/1976, p. 231).

Segundo Almeida-Prado e Féres-Carneiro (2005), Ferenczi reconhece na origem do trauma a presença de um evento real e de um desmentido, por parte de um adulto que se apresentava para a criança como modelo identificatório. Esta situação torna-se mais complexa porque a criança tem, além do abusador em si, outros adultos como modelos identificatórios, particularmente a mãe, os quais também podem não emitir respostas aos seus apelos.

A criança tem o reconhecimento de sua fala por meio do adulto, que a autoriza ou não. Muitas vezes essas palavras são cristalizadas e radicalmente proibidas de ser proferidas livremente. O que ocorre nesse sentido é a impossibilidade da fala e a interdição à ambiguidade e aos múltiplos sentidos (Pinheiro, 1995).

A palavra que desmente impossibilita qualquer ambivalência, não é portadora da ambiguidade e nem é capaz de ser polissêmica. Ela é de uma concretude absurda, não desliza e tem o peso de um tijolo. Desumanizada, ela não pode circular na cadeia associativa, atravanca o psíquico e exige a clivagem traumática (Pinheiro, 1995, p.78).

O trauma na psicanálise remete ao excesso, a uma incapacidade de elaboração psíquica. Para Freud, o acontecimento traumático só pode ser entendido no sentido econômico. Nas suas palavras:

Uma experiência que, em curto período de tempo, aporta à mente um acréscimo de estímulo excessivamente poderoso para ser manejado ou elaborado de maneira normal, e isto só pode resultar em perturbações permanentes da forma em que essa energia opera (1917/1976, p. 325).

Nesse sentido, pode-se considerar o abuso sexual intrafamiliar como uma ocorrência potencialmente traumática, que pode ser confirmada através da prática de atendimento às vítimas. Como Freud (1939/1976) acentuou, os traumas são experiências que incidem sobre o próprio corpo do indivíduo, provocando excessiva angústia e uma devastação que afeta o processo de simbolização. Assinala ainda que não se pode considerar que “o abuso sexual de uma criança por algum dos parentes masculinos mais próximos pertença inteiramente ao reino da fantasia” (1917/1976, p. 432).

E se de fato eles ocorreram, não há dúvida quanto à presença de elementos essenciais de uma neurose. Ressalta que mesmo nos casos em que a sedução de crianças é apontada como fantasia, é necessário se investigar melhor para saber se “foi, em determinada época, ocorrência real dos tempos primitivos da família humana, e que as crianças, em suas fantasias, simplesmente preenchem os claros da verdade individual com a verdade pré-histórica” (Freud, 1917/1976, p. 433).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na clínica com crianças vítimas de abuso sexual, percebe-se que a dimensão traumática é acentuada diante da impossibilidade de se falar sobre o assunto, muitas vezes

encobrimo algo existente dentro da família. Deste modo, a proteção que deveria ser dada à criança pode não ocorrer devido à tentativa de negar os fatos já consumados que incapacitam o discernimento da realidade das pessoas envolvidas.

Muitos são os impactos imediatos ou de longo prazo trazidos pelo abuso sexual na vida das crianças, pois ele afeta os processos de subjetivação, gerando uma impossibilidade para a criança, sem o apoio dos outros, de conseguir simbolizar o traumatismo vivenciado. O abuso sexual configura-se como uma irrupção trágica e real na vida dessas crianças, que acentua a dificuldade em falar sobre o assunto. Assim, um dos grandes desafios que são colocados aos profissionais da área é conseguir que esse traumatismo seja simbolizado.

O que nos parece ser uma questão pertinente é o fato de muitos psicanalistas terem centrado sua escuta no tocante aos relatos de abuso sexual como manifestações oriundas da fantasia, como se não pertencessem a uma realidade factual. Assim, com as contribuições trazidas por Ferenczi, podemos pensar que o desmentido estaria mais vez ocorrendo, remetendo o sujeito a uma profunda solidão e desamparo em seu sofrimento.

Segundo Almeida-Prado e Féres-Carneiro (2005), a relação com adultos abusivos não protetores ocasiona a quebra da confiança e da segurança, acarretando consequências que favorecem rupturas e distorções da autonomia do ego. Além disso, promove um descrédito na confiabilidade e segurança das pessoas em geral, o que refletirá em suas relações futuras.

É válido considerar que os efeitos traumáticos dependem da constituição do sujeito, de sua história de vida, do apoio sociofamiliar que lhe foi destinado e, sobretudo, da possibilidade de simbolização da experiência traumática. A tarefa parece árdua, mas necessária, tendo em mente que não se trata de uma situação apenas neurótica ou fantasiosa, mas de uma situação perversa, na qual as crianças estão expostas a uma dura realidade para a qual não há preparo e nem maturidade suficiente que as sustentem.

Destacando as palavras de Freud, as experiências infantis não devem ser totalmente negligenciadas, pois “elas determinam as mais importantes conseqüências, porque ocorrem numa época de desenvolvimento incompleto e, por essa mesma razão, são capazes de ter efeitos traumáticos” (1917/1976, p. 422).

Se, por um lado, a psicanálise situa-se numa posição controversa com o abandono da Teoria da Sedução e a formulação do Complexo de Édipo e da sexualidade infantil, por outro, ela traz inúmeras contribuições que ainda hoje são atuais para pensar a clínica com crianças vítimas de abuso sexual. A noção do trauma e a sua tentativa de elaboração psíquica, a importância dada às experiências infantis, bem como àquelas vividas pelos ancestrais no passado, a identificação com o agressor e a compulsão à repetição que busca, retroativamente, conter o estímulo excessivo e produzir um sinal que seja capaz de proteger o sujeito contra a ameaça do caráter repentino presente no evento traumático, são algumas questões que devem ser consideradas nesse percurso.

REFERÊNCIAS

- Almeida, A. C. E. P. (2003). *Abuso sexual de crianças: crenças sociais e discursos de psicologia*. Mestrado em Psicologia da Justiça. Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia. Braga.
- Almeida-Prado, M. C. C. & Féres-Carneiro, T. (2005). Abuso sexual e traumatismo psíquico. *Interações*, 10, 11-34.
- Amazarray, M. R. & Koller, S. H. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11, 341- 348.
- Azevedo, E. C. (2001). Atendimento psicanalítico a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 21, 66-77.
- Brasil. (2005). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: MEC, ACS.
- Cohen, C. & Gobbetti, G. J. (2003). *O incesto: o abuso sexual intrafamiliar*. Disponível em <http://www.cedeca.org.br/PDF/incesto_cohen.pdf> (Acesso em 14/8/2009).
- Diniz, L. (2009, Março). Silêncio rasgado. *Revista Veja*, 11, 112-114.
- Faiman, C. J. S. (2004). *Abuso sexual em família: a violência do incesto à luz da psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Faleiros, V. P. (1997). *A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário*. Trabalho apresentado na Oficina de Indicadores da Violência Intra-familiar e da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, promovida pelo Cecria, em Brasília de 1º a 2 de dezembro de 1997.
- Ferenczi, S. (1992). *Psicanálise IV. Obras completas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Figaro-Garcia, C. (2004). Trauma e incesto. *Pulsional*, 177, 66-73.
- Freud, S. (1986). Estudos sobre a histeria. (J. Salomão, Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. II, pp.18-53). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1893-1895).

- Freud, S. (1972). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. (J. Salomão, Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. VII, pp. 123-250). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905).
- Freud, S. (1976). Teoria geral das neuroses. (J. Salomão, Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. XVI, pp.289-336). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1917).
- Freud, S. (1976). Psicologia de grupo e análise do ego. (J. Salomão, Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. XVIII, pp. 89-179). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1921).
- Freud, S. (1976). O Ego e o Id. (J. Salomão, Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. XIX, pp.32-54). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1923).
- Freud, S. (1976). A dissolução do Complexo de Édipo. (J. Salomão, Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. XIX, pp.217-224). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1924).
- Freud, S. (1974). Fetichismo. (J. Salomão, Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. XXI, pp.175-185). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1927).
- Freud, S. (1974). Sexualidade Feminina. (J. Salomão, Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. XXI, pp.257-279). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1931).
- Freud, S. (1976). Moisés e o Monoteísmo. (J. Salomão, Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. XXIII, pp. 19-161). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1939).
- Freud, S. (1987). Extratos dos documentos dirigidos a Fliess. (J. Salomão, Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. III, pp. 197-374). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1950).
- Froner, J. P. & Ramires, V. R. R. (2008). Escuta de crianças vítimas de abuso sexual no âmbito jurídico: uma revisão crítica da literatura. *Paidéia*, 18 (40), 267-278.

- Fuks, L. B. (2006). Consequências do abuso sexual infantil. *Percurso*, 36, 41-52.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal integrados* (Maria Adriana Veríssimo, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gabel, M. (1997). *Criança vítima de abuso sexual* (Sonia Goldfeder, Trad.). São Paulo: Summus.
- Guerra, V. N. A. (2008). *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada* (6ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Habigzang, L. F. & Caminha, R. M. (2004). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: conceituação e intervenção clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Habigzang, L. F., Azevedo, G. A., Koller, S. H., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21, 341-348.
- Habigzang, L. F., Corte, F. D., Hatzenberger, R., Stroehel, F., & Koller, S. H. (2008). Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21, 338-344.
- Laplanche, J. (1985). *Vida e morte em psicanálise* (Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Lima, S. & Pollo, V. (2005). A violência sexual em nossos dias: questões para a psicanálise. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25, 558-571.
- Moreira, J. O. (2004). Édipo em Freud: o movimento de uma teoria. *Psicologia em Estudo*, 9, 219-227.
- Pfeiffer, L., & Salvagni, E. P. (2005). Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de Pediatria*, 81, 197-204.
- Pinheiro, T. (1995). *Ferenczi: do grito à palavra*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Pizá, G. (2004). Os afetos emparedados do incesto. In: Pizá, G. & Barbosa, G. (Orgs.). *A violência silenciosa do incesto*. Clínica psicanalítica da violência. (pp. 18-24). São Paulo: Imprensa Oficial.

Pons, S. & Pacheco-Ferreira, F. (2002, Setembro). *Transferência como experiência do vivido e transmissão psíquica: a herança de Sándor Ferenczi*. In: VI Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental, Recife, PE.

Prado, M. do C. C. de A. & Pereira, A. C. C. (2008). Violências sexuais: incesto, estupro e negligência familiar. *Estudos de Psicologia*, 25, 277-291.

Santos, B. R. dos, Neumann, M & Hippolito, R. (Coords.), (2004). *Guia escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes* (2ª ed.). Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação.

DESMENTIDO MATERNO: O POSICIONAMENTO SUBJETIVO DAS MÃES DIANTE DO ABUSO SEXUAL DE SUAS FILHAS

Márcia Candelaria da Rocha Ramos

Luciana Leila Fontes Vieira

RESUMO

O abuso sexual intrafamiliar, cometido pelo pai ou o padrasto, nos remete a uma situação em que se encontra envolvida toda a família, especialmente a mãe, que muitas vezes adota uma postura ambígua diante do ocorrido. O objetivo desta pesquisa foi, portanto, analisar as possíveis motivações do desmentido materno, bem como o posicionamento subjetivo das mães diante da situação abusiva vivida pelas filhas. Participaram desta pesquisa sete mães que responderam a uma entrevista, transcrita e analisada por temas. No que se refere aos sentimentos vivenciados por ocasião da revelação do abuso, constatou-se que mesmo não acreditando na situação abusiva, algumas mães esboçaram reações de surpresa, redobrando a vigilância e procurando se reaproximar das filhas; outras desmentiram o ocorrido, culpabilizando as filhas pela desorganização familiar. O mecanismo da negação foi maciçamente utilizado, o que retarda ações efetivas para deter a ocorrência do abuso.

Palavras-chave: Abuso sexual; mães; desmentido materno.

ABSTRACT

Sexual abuse within family, committed by the father or the step-father, involves a situation in which the whole family is involved, especially the mother, who many times adopts an ambiguous standing face to the event. Therefore, the aim of this research was to analyse possible motivations for maternal disavowal, as well as to understand the subjective standing of mothers whose daughters were sexually abused. Seven mothers participated in the study and their interviews were transcribed and analysed by themes. Regarding the feelings experienced when the abused was discovered, it was verified that, even though they did not believe the abuse happened, some mothers demonstrated surprise and increased surveillance, trying to get closer to their daughters. Others disavowed what happened, blaming their daughters for family disarrangement. The mechanism of denial was widely used, what delays the beginning of effective actions to deter abuse incidents.

Keywords: Sexual abuse; mothers; maternal disavowal.

INTRODUÇÃO

A problemática do abuso sexual intrafamiliar cometido pelo pai ou o padrasto nos remete a uma situação em que se encontra envolvida toda a família, principalmente a mãe, desde o seu início até o momento de sua revelação. Não podemos deixar de considerar que a violência que ocorre dentro do âmbito doméstico está associada à complexa dinâmica familiar e à história de vida de cada membro. Sendo assim, a mãe se encontra presente nos bastidores dessa vivência, trazendo para este cenário diversos aspectos inconscientes de suas primeiras relações objetais.

O abuso sexual caracteriza-se, de forma geral, como toda utilização do corpo da criança com o intuito de obter a satisfação do desejo sexual do abusador. Sabemos que esta violência que se apresenta no universo familiar rompe com os limites necessários para a constituição do sujeito. Diante desse panorama, a criança vive uma situação traumática, marcada por conflitos que geram sentimentos ambivalentes, como medo, raiva, prazer, culpa e desamparo. Ela pode ter raiva da mãe por achar que não foi protegida adequadamente, pode ter receio de revelar o abuso e não ser acreditada ou até mesmo de que a considere culpada. Por sua vez, a mãe pode apresentar sentimentos confusos e ambíguos diante do abuso sexual da filha, pois, em geral, há a negação dos indícios e a recusa em aceitar a traição de seu marido, mas também pode se sentir culpada por não ter protegido adequadamente sua filha (Araújo, 2002).

Dessa forma, quando o abuso é revelado, muitas mães podem adotar uma postura de rivalidade para com a filha, desenvolvendo sentimentos de ciúme e hostilidade, acusando-a de ser responsável pelo ocorrido (Pfeiffer & Salvagni, 2005). O momento da revelação pode se configurar como um trauma adicional para a criança e para a família inteira, quando aquele que ouve terá que enfrentar o desconforto da dúvida e se posicionar. Conforme afirma

Thouvenin (1997), quando a criança revela que sofreu abuso sexual no âmbito familiar, corre o risco de “tornar-se testemunha de uma acusação de alguma coisa terrível e, por isso, não será necessariamente ouvida” (p. 91).

Santos e Dell’Aglia (2009) observaram que para as mães cujas filhas foram abusadas por seus companheiros, a revelação do abuso acarreta perdas e exige que as mães decidam em quem vão acreditar. O fato de apoiar e acreditar na filha pode resultar na perda de seus companheiros, alterando o status social, a autoestima e, muitas vezes, quando o companheiro é o único provedor, compromete também a situação financeira da família.

Um dos motivos apontados pela demora na revelação do abuso sexual relaciona-se ao posicionamento adotado pela figura materna, pois muitas crianças e adolescentes que foram abusadas relatam sentimentos de raiva e tristeza por não terem sido acreditadas por suas mães e ainda por elas terem escolhido ficar ao lado dos companheiros (Figaro-Garcia, 2004).

A literatura aponta que a mãe é responsável por uma parte das denúncias – em 37,6% dos casos, a violência sexual foi denunciada pela mãe da vítima – e a quem a criança costuma recorrer com mais frequência para fazer a sua revelação. Entretanto, em 61,7% dos casos, havia pessoas que já tinham conhecimento da situação abusiva e não denunciaram; dentre estes casos, a mãe (55,2%) representou a maioria das pessoas que tinham conhecimento anterior da violência (Habigzang; Azevedo; Koller & Machado, 2005).

Sendo assim, quando a mãe não consegue se colocar numa atitude de proteção para com sua filha, esta pode se sentir novamente punida, o que torna o tema do abuso sexual algo impróprio para ser revelado, isto é, aquilo que não se pode dizer. Elliot e Carnes (2001), numa revisão da literatura, reforçam esta percepção a partir da abordagem dos resultados de diferentes pesquisas sobre reações maternas diante do abuso sexual infantil, observando que algumas mães, mesmo acreditando em parte na criança, não conseguiam emitir respostas de apoio e proteção, evidenciando sentimentos ambivalentes ou contradições.

Santos e Dell'Aglio (2007) apontam resultados semelhantes ao mostrar que não houve uma correlação entre o crédito que a mãe oferece à história de abuso sexual de sua filha e a reação de proteção para com ela, pois muitas mães, mesmo acreditando na história de abuso sexual de suas filhas, não demonstraram iniciativa de realizar a denúncia ou ainda de procurar ajuda. Esta relutância pode estar associada a diversos medos: das ameaças proferidas pelo abusador, de perder sua família e do que os familiares e até a própria sociedade podem pensar sobre seu desempenho enquanto mãe.

Alguns estudos também recentes observam que os posicionamentos maternos são diversos, indo desde a denúncia do companheiro, autor do abuso, até mesmo a negação veemente da violência sexual ocorrida contra suas filhas. Na pesquisa realizada por Habigzang, Azevedo, Koller e Machado (2005), 41,1% das pessoas envolvidas negaram totalmente a violência sexual, inclusive 10% apresentaram respostas múltiplas, não conseguindo proteger adequadamente as vítimas.

As estratégias de enfrentamento à violência variaram desde colocar as crianças em abrigos, famílias substitutas ou familiares, à mãe se separar do companheiro – autor da agressão; a prisão do agressor ter sido efetuada; a vítima ter continuado exposta à convivência com o agressor; familiares e/ou vítima terem passado a defender o agressor, e ainda a manutenção da situação inicial de violência sexual.

As reações familiares, principalmente da mãe, diante da revelação de abuso sexual por parte da vítima, são consideradas um importante fator em que está implicado o desenvolvimento de sintomatologias psíquicas e alterações de comportamento na vítima. Observa-se que quando a família demonstra credibilidade ao relato da criança e assume estratégias para protegê-la, esta se sente fortalecida, se apropriando de maiores recursos para enfrentar a situação abusiva. No entanto, quando a reação familiar assume uma conotação negativa, não oferecendo apoio social e afetivo, a criança se encontra em situação de

vulnerabilidade, podendo desenvolver problemas, tais como isolamento social, depressão, pensamentos e tentativas de suicídio, ansiedade, entre outros (Cohen & Mannarino, 2000 citado por Habigzang et al, 2005).

A reação da mãe no momento em que o incesto é revelado pode ser um fator crucial para determinar o quanto sua filha vai sofrer no futuro. Infelizmente, a maioria das mães reage de maneira hostil, chamando as filhas de destruidoras de lares, de mentirosas, de vagabundas (Forward & Buck, 1989, p. 64).

Desmentido materno diante do abuso sexual

A mãe da criança, que é vítima de abuso sexual cometido pelo seu companheiro, assume uma postura enigmática ao se colocar contrária à veracidade da experiência abusiva sofrida pela filha. A complexidade dos aspectos que estão implicados nesta recusa em aceitar a autenticidade do relato de suas filhas nos lança num terreno fértil de questionamentos.

Influenciadas por uma estrutura patriarcal trazida de gerações anteriores, as famílias incestuosas podem colocar a mãe como parceira no silêncio, que corrobora, muitas vezes, numa participação submissa no abuso sexual de suas filhas. Entretanto, o silêncio imposto às mães, diante dessa realidade, não deve ser sempre interpretado como cumplicidade e conivência; é preciso que seja situado no contexto histórico da subordinação feminina. Vale salientar que a responsabilidade não deve ser atribuída igualmente às pessoas que detêm diferentes percentuais de poder em uma relação, ou seja, ao homem é atribuído um papel de dominação, enquanto que à mulher é designado o de exploração.

De acordo com Saffioti (2001), na atuação da função patriarcal, são os homens que detêm o poder de determinar como deve ser a conduta das mulheres, crianças e adolescentes, sendo autorizados ou tendo a tolerância da sociedade para punir o que for considerado como

desvio. Ao homem dentro de seu projeto de dominação-exploração é exigido que sua capacidade de mando seja auxiliada pela força física. De fato, a ideologia de gênero não basta para que seja garantida a obediência das vítimas potenciais (mulheres, crianças, adolescentes) aos ditames do patriarca, tendo esta necessidade de se utilizar da violência.

Com relação a crianças e a adolescentes, também as mulheres podem desempenhar, por delegação, a função patriarcal. Efetivamente, isto ocorre com frequência. No processo de edipianização das gerações mais jovens, mães, professoras, babás, para mencionar apenas alguns destes agentes, exercem a função do patriarca (Saffioti, 2001, p. 116).

Ainda segundo a autora, não se deve pensar em cumplicidade feminina com os homens no tocante à violência imposta pelo projeto masculino de dominação-exploração, em que estaria incluso o abuso sexual intrafamiliar, por se tratar de um fenômeno situado aquém da consciência. Para ela, o poder masculino atravessa todas as relações sociais, transformando-se em algo concreto, que se traduz em estruturas hierarquizadas, tornando-se parte do senso comum.

Assim, a frequente acusação às mães de não cumprirem sua função protetiva e não enxergarem o que acontece sob os seus olhos, no caso de abuso sexual incestuoso, também traz subscrita uma demonstração da sujeição que se impõe à figura feminina na família, ilustrando as relações de gênero que nela se desenvolvem.

Embora a função de proteger suas filhas do abusador, muitas vezes realmente não seja desempenhada, é preciso refletir sobre as verdadeiras disponibilidades da mulher/mãe para vencer as barreiras do silêncio, se empoderando contra o abuso sofrido pela filha, praticado por seu companheiro, quando ela mesma sofre com a violência doméstica. Some-se a este aspecto uma dependência financeira e emocional quase sempre presente devido às reais

condições de sobrevivência (Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância [Crami], 2002; Narvaz, 2003; Schreiner, 2008).

Entretanto, alguns autores definem essa postura de negação da mãe como Cúmplice Silenciosa. Forward e Buck (1989) afirmam que esse tipo de mãe pode ignorar os sinais de que o abuso sexual esteja ocorrendo ou até mesmo estimulá-lo sutilmente. Dentre outras características, colocam que essas mães, em geral, apresentam dificuldade para manter uma relação afetuosa com o marido ou com sua filha.

Os autores ressaltam que normalmente são famílias que possuem um vazio emocional, cuja mãe pode vir a se afastar numa tentativa de se livrar de suas responsabilidades emocionais. As características da Cúmplice Silenciosa estão associadas à falta de afeto e ao desejo de se livrar das responsabilidades emocionais quanto ao seu papel de mãe e esposa (Figaro-Garcia, 2004). Segundo Araújo (2002), “negar, desmentir a filha ou culpá-la pela sedução é uma forma de suportar o impacto da violência, da desilusão e da frustração diante da ameaça de desmoronamento da unidade familiar e conjugal” (p. 7).

Ao longo da história, a figura materna foi diferentemente determinada a partir de seu significado social, seja na família ou na sociedade em geral. A identidade feminina sempre esteve atrelada ao papel da maternidade, demarcado intrinsecamente pela ordem da natureza. A maternidade era tida como natural e, portanto, esperada no decorrer da vida da mulher, chegando a simbolizar a felicidade suprema. Tal concepção naturalizada da maternidade predominou até o século XX, quando o movimento feminista começou a questioná-la de forma mais sistemática, juntamente com reivindicações associadas à saúde reprodutiva, sexualidade e identidade feminina (Badinter, 1985).

A autora explica que o amor materno é apenas um sentimento humano dentre outros, produto de uma evolução cultural. Nesse sentido, pode ser incerto, frágil e imperfeito. Pode, inclusive, existir ou não, ou ainda aparecer e desaparecer, mostrando a mãe preferências por

um filho ou por todos. Com efeito, suas assertivas contrariam a crença generalizada de que o amor materno está inscrito na natureza feminina.

Freud, influenciado pela concepção vigente de sua época, descreve a mulher diferentemente do homem em relação à teoria da libido. Em seu texto *Sobre o Narcisismo* (1914/1974), a figura feminina aparece como o mais puro e verdadeiro modelo narcisista. Para ele, “tais mulheres amam apenas a si mesmas, com uma intensidade comparável à do amor do homem por elas. Sua necessidade não se acha na direção de amar, mas de serem amadas” (p.105). Um dos caminhos apontados por Freud que levam ao amor objetal completo para a mulher narcisista está na geração de um filho, que seria como um refúgio para a revivescência e a reprodução de seu próprio narcisismo.

Segundo Nunes (2000), a mulher narcísica de Freud seria incapaz de ocupar a posição altruísta que dela se espera, já que ama apenas a si mesma. Desta maneira, o que torna a mulher enigmática seriam exatamente sua autossuficiência narcísica e sua indiferença por aqueles que a cercam.

Em seu texto *Feminilidade* (1933/1976), Freud acentua a relação da mãe com a filha através da fase pré-edípica, afirmando que não há dúvida em relação à fantasia de sedução. Esta posição difere das suas elaborações sobre a etiologia da histeria em que apontava o pai como o responsável pela sedução infantil. A mãe aparece como a Sedutora, por despertar na criança, através dos cuidados maternos de higiene corporal, sensações prazerosas relacionadas aos órgãos genitais. A vinculação pré-edípica da menina à mãe é responsável pela transmissão da relação que irá se estabelecer com a figura paterna, “quase tudo o que posteriormente encontramos em sua relação com o pai, já estava presente em sua vinculação inicial e foi transferido, subseqüentemente, para seu pai” (p. 148).

A relação mãe-filha é valorizada como um momento marcado por interações afetivas, inclusive ambivalentes, já que para ingressar de fato no Complexo de Édipo, Freud (1933/

1976) descreve que a menina deverá se afastar da mãe e desenvolver sentimentos hostis para com ela, devido às frustrações que sucedem no decorrer de sua vida (como o desmame e a chegada de um irmão). Considera, porém, que apenas através do Complexo de Castração é que a menina irá se desvincular da mãe, já que a responsabiliza “pela falta de pênis nelas e não perdoam por terem sido, desse modo, colocadas em desvantagem” (p. 153).

Para Lima e Pollo (2005), o fato de o pai ser tomado como objeto de desejo é, nas meninas, um processo secundário, uma autêntica transferência. As fantasias e os impulsos que a filha direciona ao pai são herdados da relação inicial com a mãe. Assim, poderíamos dizer que o genitor ingressa em uma realidade já constituída.

Nesta perspectiva, o abuso sexual entre pai e filha relaciona-se ao período pré-genital da criança com a mãe, que se torna responsável pela constituição da experiência erógena do corpo da menina. Isto quer dizer que nas situações de abuso sexual, algumas vezes são as mães que “oferecem” suas filhas, numa tentativa escamoteada de realizar seu próprio desejo incestuoso.

A criança não se encontra submetida somente ao pai ou padrasto, mas também à mãe, frequentemente aprisionada em seu próprio Édipo. A criança, em seu desejo de fusão incestuosa com a mãe, capta inconscientemente o desejo materno. Dessa forma, ocorreria a repetição de toda uma cadeia transgeracional. A mãe pode ser considerada “cúmplice” desse pai, quando não consegue interditar o uso do corpo da criança (Goldfeder, 2001).

Sendo assim, a colocação da mulher como ponto central da unidade familiar lhe confere um lugar de destaque que a torna perigosa, já que ela é uma figura fundamental no processo de constituição da subjetividade dos indivíduos. Para Freud (1930 [1929]), ao mesmo tempo em que a mulher colabora com a civilização, através do casamento e da maternidade, também se opõe aos interesses da família e da vida sexual. Esta oposição da mulher se situa primeiramente no polo sensual e amoroso, priorizando os laços afetivos e

familiares em detrimento do bem comum. Em segundo lugar, refere-se à hostilidade e ao ressentimento pelo pouco espaço que lhe é destinado, limitando suas possibilidades sublimatórias, o que a faz lutar para preservar o seu mundo doméstico onde tem algum valor. A interdição da vida da mulher e de sua sexualidade, que a infantiliza e ao mesmo tempo lhe atribui um lugar único nas relações familiares, começa a produzir uma mãe devoradora e incestuosa (Nunes, 2000).

Há, entretanto, uma contradição entre a mãe fálica e a mulher castrada nas elaborações freudianas. Em muitos momentos de sua obra, Freud apresenta uma imagem da mulher bastante ameaçadora e mesmo poderosa, ligando o feminino, de um lado, ao narcisismo e à felicidade e, de outro, à natureza, à inveja do pênis, à morte e à castração.

Apesar de Freud ter formulado que a mulher permaneceria numa posição invejosa em relação ao homem, por não possuir um pênis, situando-a numa posição de menos-valia; ao mesmo tempo, no estudo sobre o narcisismo, ela aparece como uma figura que não precisa invejar, pois está numa posição plena e completa. A construção freudiana coloca a mulher como autoridade suprema no nível fantasmático dotada de poder de vida e de morte, apesar de não ser assim considerada na ordem social (Nunes, 2000).

Para a psicanálise pós-freudiana, a crítica voltada à figura materna prevalece como sendo a mãe responsável pelo padecimento de seus filhos devido à falta de regulação deste vínculo primário, dependente, que se estabelece no modelo familiar nuclear. Assim, seria o pai responsável por romper com essa fusão incestuosa, ocupando o lugar do interdito. A mulher assume uma postura de menor senso ético, da ausência da lei, da pura pulsão e do incesto, e o homem estaria ao lado da civilização, das aquisições culturais, da ordem social e do primado da lei.

Segundo Nunes (2000), Freud aponta para uma direção normalizadora, em que os aspectos perigosos inerentes à condição feminina deverão ser suprimidos. A mulher deve

abandonar seus aspectos ativos, agressivos, masculinos, para investir numa posição passiva, castrada, masoquista. Dessa maneira, o masoquismo será, em diversos momentos da obra freudiana, articulado às mulheres: “a mulher masoquista, sem desejo, submetida ao homem seria uma figura menos ameaçadora e mais adequada ao ideal burguês de feminilidade” (Nunes, 2000, p.167).

No que tange ao posicionamento materno diante do abuso sexual incestuoso, parece seguro ressaltar que “em qualquer das situações, o desmentido materno, a afirmação de que nada aconteceu, é o pior que pode acontecer a uma criança que denuncia o abuso sexual” (Araújo, 2002, p.7).

Em seu texto *Fetichismo* (1927/1974), Freud descreve o desmentido como uma defesa do eu contra as reivindicações da realidade externa, em que há uma percepção e uma ação bastante enérgica para manter esta recusa. O desmentido é a recusa de um fato da realidade exterior, diferentemente do recalque, em que há uma defesa contra as exigências pulsionais internas. Ademais, nele está presente um sentimento contraditório constante, pois ao mesmo tempo em que se tem conhecimento do fato, se procura recusar sua existência.

Para Ferenczi (1992), o desmentido impede o processo de introjeção. A palavra da criança é reconhecida por meio de um adulto que, ao negar, desautoriza a sua existência. Assim, o efeito traumático é consequência do desmentido:

Quando a criança acorre a outro adulto para esclarecer e encontrar sentido no ocorrido recebe por parte desse adulto, que não pode suportar o relato da criança, uma desmentida que interrompe todo processo introjetivo e paralisa o pensamento. O adulto, que se comporta quase sempre como se nada tivesse ocorrido, proíbe à criança não somente a palavra, mas também a possibilidade de representação e fantasmática. As palavras da criança *são enterradas vivas* (Cabre, 2006, p.8 – grifos nossos).

Pinheiro (1995) afirma que a criança se sente ameaçada quando percebe que não tem a confiança daquele a quem ela buscou apoio. A mãe, apontada pela literatura como a pessoa principal a quem a criança costuma recorrer, muitas vezes não possibilita o acesso ao simbólico, por meio das palavras e suas representações. Diante deste fato, é comum a criança ficar confusa e se sentir culpada pelo ocorrido. A mãe, sendo uma referência tão forte para a criança, ao gerar o impedimento de redescrever o trauma faz com que o sentido do acontecimento seja congelado, paralisando a potencialidade identificatória da criança, o que pode levar a uma clivagem patológica e a uma impossibilidade de se expressar posteriormente, a não ser através de sintomas corporais.

O abuso sexual infantil implica algo da ordem do traumático, do que não pode ser representado e por isso mesmo resiste a ser colocado em palavras. A condição de subjetividade em si fica ameaçada e fragilizada como efeito do abuso, na medida em que se proíbe qualquer possibilidade de narrativa do ocorrido, quando a proteção materna falha, e a criança tem a sua posição deslocada, pela própria mãe, de vítima para algoz.

Há ainda indícios de que mulheres que sofreram abuso sexual na infância apresentem uma vulnerabilidade maior para estabelecer relações abusivas com seus companheiros, tornando-se menos capazes de proteger suas próprias filhas do abuso sexual. De fato, é bastante significativo o percentual existente dessa repetição do abuso sexual (Araújo, 2002). Como assinalam Matos, Schmicker e Borba (2009), a mãe é apontada em diversos estudos como a figura preponderante para a proteção de seus filhos nos casos de abuso sexual. O que acontece quando essa figura falta e não consegue exercer o seu papel de proteção?

O posicionamento ambíguo da mãe nessa situação é algo que provoca diversos questionamentos por parte daqueles que lidam com essa realidade. Afinal, ela é cúmplice do seu companheiro ou tão vítima quanto sua própria filha? O que faz essas mães não

acreditarem na revelação do abuso? Qual o posicionamento subjetivo das mães que não acreditaram na história de abuso de suas filhas?

Estas indagações se fizeram presentes durante todo o desenrolar desta pesquisa e foi movida por elas que objetivamos apreender, na fala de algumas mulheres/mães, as possíveis motivações que as levaram a não acreditar na situação de abuso sexual que envolve suas filhas e seus companheiros, sejam eles pais ou padrastos, bem como o posicionamento subjetivo das mães diante da revelação de abuso sexual de suas filhas.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, foi utilizada a entrevista semiestruturada como instrumento. No intuito de auxiliar na condução da entrevista, foi elaborado previamente um roteiro com questões referentes à denúncia sobre o abuso sexual sofrido por sua filha, as possíveis motivações para não acreditar na situação, os sentimentos envolvidos, bem como o posicionamento subjetivo delas.

MÉTODO

Participaram desta pesquisa sete mulheres, com idade entre 25 e 43 anos, pertencentes à mesma camada sociocultural. Para definir a camada social, levamos em consideração o grau de instrução, a profissão e o local de residência. O critério de escolha foi baseado no fato de elas serem mães de meninas que foram vítimas de abuso sexual, praticado pelo pai ou padrasto. As entrevistadas foram contactadas através do Serviço Sentinela do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas), em Campina Grande-PB, sendo escolhidas aquelas que não acreditaram no abuso sexual e/ou não demonstraram resposta de apoio à filha durante o processo de acompanhamento psicossocial proposto pela instituição. Foram dados nomes fictícios para preservar sua identidade.

Em relação ao nível de instrução, das sete participantes, seis possuíam o ensino fundamental incompleto, apenas Gabriely o ensino médio completo. Todas tinham dois filhos

ou mais. Nádia, Gabriely e Fátima eram casadas e moravam com seus respectivos companheiros. Mariana, Alessandra e Mônica estavam separadas do atual companheiro. Rosana era viúva devido ao fato de o pai da criança, autor do abuso, ter cometido suicídio quando recebeu a intimação da audiência. Nádia, Gabriely e Fátima moravam com o companheiro e filhos; as outras três, Mariana, Alessandra e Rosana apenas com os filhos e Mônica, com a mãe, irmão e filha. Seis delas não trabalhavam e Mônica era cozinheira.

Em cinco ocasiões (Alessandra, Fátima, Gabriely, Mônica e Mariana), quem praticou o abuso foi o padrasto, no caso de Rosana foi o pai quem abusou das duas filhas, e em relação a Nádia, seu companheiro abusou das duas filhas, sendo que era pai de uma e padrasto da outra. A denúncia foi realizada anonimamente nas situações referentes aos companheiros de Gabriely, Alessandra e Rosana, nos casos de Nádia e Mariana partiu da equipe escolar, em relação a Fátima, foi o pai da criança (o denunciado era o padrasto). Com Mônica, foi a sua mãe a denunciante, no caso a avó materna da criança. A situação de violência perdurou por anos e por diversas vezes em cinco casos (Fátima, Mônica, Nádia, Rosana, Mariana), em dois (Gabriely e Alessandra) ocorreu apenas uma vez.

As entrevistas foram realizadas nas casas das participantes ou na própria instituição, ficando a critério de escolha das mães. Cada entrevista teve em média a duração de uma hora. A entrevista foi realizada por duas vezes com duas das mães pesquisadas, por conta da necessidade de maiores esclarecimentos.

Todos os cuidados éticos envolvendo pesquisa com seres humanos foram adotados no decorrer da pesquisa, em consonância com a Resolução 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia e à Resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo comitê de ética da instituição que apoiou a pesquisa. Antes de cada entrevista, foi apresentado e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelas participantes.

O gravador foi utilizado com a devida autorização das entrevistadas, a fim de tratar as temáticas trabalhadas durante a entrevista. Posteriormente, as falas foram transcritas e tendo como base os objetivos da pesquisa, utilizou-se a Análise de Conteúdo, que consiste em identificar os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja frequência significa algo para o objetivo analítico pretendido. De acordo com Minayo (1992), as etapas da análise de conteúdo temáticas são organizadas em três fases sequenciais: (1) pré-análise, (2) exploração do material, (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A pré-análise consiste na primeira fase, em que há a organização do material a ser analisado. Nesta etapa, foi realizada a leitura atenta de todo o material fornecido pelas mães, buscando-se selecionar as informações que estivessem em consonância com os objetivos da pesquisa. Na exploração do material, foi realizada a análise propriamente dita. Ou seja, a partir da leitura do material, o texto foi recortado em suas unidades de registro, buscando-se identificar as categorias que foram trabalhadas. Em seguida, no tratamento dos resultados e na interpretação, os temas emergentes na fala das participantes foram analisados com base no aporte teórico levantado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas foram analisadas qualitativamente a partir do referencial teórico da psicanálise, buscando-se identificar eixos temáticos que estivessem em consonância com os objetivos da pesquisa, mas também houve atenção ao surgimento de temas diferentes daqueles previamente enfocados pelos pesquisadores. Dessa forma, serão apresentadas duas categorias de análise: primeiramente, as possíveis motivações apresentadas pelas mães para não acreditarem na situação de abuso de suas filhas e, posteriormente, os posicionamentos subjetivos adotados por elas diante da revelação do abuso sexual de suas filhas.

As possíveis motivações apresentadas pelas mães foram avaliadas em função da falta de credibilidade diante da denúncia de abuso sexual contra a filha. Vale salientar que o próprio critério de escolha foi exatamente as mães que não deram veracidade ao fato. Nesse sentido, as motivações foram definidas em termos das respostas dadas quanto aos motivos para não acreditarem na denúncia.

Outro foco importante de análise refere-se ao posicionamento subjetivo das mães. Nesta perspectiva, investigamos os sentimentos envolvidos em relação à denúncia de abuso sexual e suas implicações na vida e na subjetividade materna. A subjetividade deve ser concebida como o modo de o sujeito se posicionar em relação aos conflitos e contradições que atravessa e pelos quais é atravessado. Ou seja, nesse aspecto da pesquisa, procurou-se o significado que as mães atribuíam às experiências que viveram ou estavam vivendo.

As possíveis motivações do desmentido materno diante do Abuso Sexual sofrido por suas filhas

As respostas das mães quanto aos motivos que as levaram a não dar credibilidade à denúncia de abuso sexual contra suas filhas estavam centradas em duas dimensões: valorização do companheiro e relacionamento distante com as filhas. Assim, nos deparamos com mães que, em sua maioria, apontaram estar coerentes em seu posicionamento, se apoiando em defesas relacionadas a invalidar as suspeitas relativas aos seus companheiros. Os argumentos utilizados por elas para encobrir a realidade ameaçadora foram bastante semelhantes: o fato de não terem presenciado nenhuma cena que indicasse o abuso ou até mesmo que outras pessoas da família teriam motivos para se utilizar de vingança.

No entanto, essa coerência não foi observada em todos os casos analisados, pois embora todas as mães não tivessem acreditado na denúncia, algumas demonstraram ter

dúvida e uma delas inclusive já havia denunciado o companheiro pelo abuso sexual de sua filha mais velha, porém não acreditava na denúncia de abuso sexual contra a filha mais nova.

Muitos fatores podem estar associados à recusa em acreditar no abuso sexual sofrido por suas filhas, pois sendo o companheiro o autor do abuso, há inúmeros sentimentos envolvidos. As mães “preferem” acreditar que seus parceiros não são capazes de cometer o abuso, empregando argumentos como “*eu nunca vi*” ou “*ele não é capaz disso.*” Vejamos:

Não é que eu não acredito que não houve. É porque pra mim é difícil acreditar que ele sendo uma pessoa do jeito que é, fazendo uma coisa dessa. Porque ele é tão prestativo, olhe tudo que ele ganha, ele traz dentro de casa, sabe? Ele tá sempre ali, cuidando de todo mundo, sabe? Por ele, ele não deixa de faltar nada aí (Nádia¹).

Ele é um ex-presidiário, ele sabe como é cadeia de, vamos no popular, de tarado!... Esse meu esposo. Ele é um ex-presidiário. E ele sabe, porque ele tirou cinco anos de cadeia, ele sabe como é o regime de homem que faz isso, né? E eu acho que ele não tem capacidade pra isso de jeito nenhum. Não acredito de jeito nenhum... Eu acho assim, que é porque ele não... O pai das meninas, ele não gosta dele e aí ele botou isso na cabeça dela, porque eu tenho certeza (Fátima).

Como afirmam Pfeiffer e Salvagni (2005), reconhecer o abuso de suas filhas, muitas vezes é para a mãe admitir o seu fracasso enquanto mãe e esposa, o que pode fazer com que ela não consiga ou não queira enxergar o que se passa em seu seio familiar. A denúncia contra seu companheiro é entendida como uma acusação contra elas mesmas, em relação à escolha de seu parceiro e aos cuidados maternos.

Este fato pode ser observado na dificuldade que as mães têm em admitir que suas filhas pudessem estar sozinhas com o autor do abuso. Ora, se ele não é um abusador, por que não poderia ficar a sós com a menina? Este argumento parece revelar uma contradição, já que elas afirmam que nunca perceberam nenhuma atitude suspeita de seu companheiro. Um

aspecto que merece consideração concerne ao fato de o abusador fazer o possível para manter a prática em segredo.

Dizia (a denúncia) que ele queria também pegar ela. Mas só que ela não tava em casa, ela tava no colégio... Mas eu não acho que teve nada não, eu não deixava ela em casa. Ficava meia assim, meia cabreira de deixar ela em casa sozinha com ele (Rosana).

Quando eu saio, assim, elas nunca ficam em casa, de jeito nenhum... Se isso se passou ou não, né? E como for, assim, se ela sair com essa conversa vai ter que dizer como foi, o que foi, né? Porque agora, até agora, eu não sei de nada... Queria saber esses detalhes, assim, isso. Porque ele diz (o pai) à minha família que ela disse que ele (o padrasto) ficava alisando ela. Só que eu tenho certeza que isso nunca se passou, de jeito nenhum, porque ela nunca ficou só com ele. Nunca (Fátima).

Quando esta mãe afirma que gostaria de ouvir da criança o que realmente aconteceu, demonstra ter uma relação distante com a filha, já que relata que não chegou a conversar com ela sobre o fato. Este desejo em ouvir o relato da criança parece ser mais uma forma de intimidação do que abertura para o apoio. Nesse sentido, Forward e Buck (1989) acrescentam que é muito comum a criança não revelar ou não recorrer à mãe, quando o padrasto ou o pai é o agressor, pois, frequentemente, não há uma relação suficientemente próxima para revelar um segredo tão Vergonhoso, pois se houvesse essa proximidade na relação, é provável que o abuso sexual sequer tivesse ocorrido. Normalmente, o abuso sexual intrafamiliar só se instala quando há falta de comunicação na família e algumas vezes a criança pode considerar que a mãe é também uma participante do abuso. Esta falta de diálogo presente na relação mãe-filha também pode ser percebida neste relato de uma das mães entrevistadas: *“Ela nunca falou pra mim não, sempre ela falava do padrasto para alguém, mas eu nunca soube não, vim saber*

depois dessa denúncia que foi ela mesma quem fez junto com as meninas lá do colégio que ela estudava...” (Mariana).

As possíveis motivações apontadas pelas mães sugerem que um relacionamento distante com suas filhas, permeado pela falta de diálogo e carinho, pode se tornar um aspecto que contribui para a negação dos fatos. Ora, se a mãe não consegue estabelecer com a filha uma relação de confiança e proteção, ela se torna vulnerável a eventuais situações de risco.

Outra mãe sustenta sua argumentação pelo fato de “não ter acusado no exame”: *“Eu fui fazer exame, não acusou não. Houve não que eu fiz os exames dela, eu pedi na delegacia”* (Rosana). Percebe-se que é muito comum que o abuso sexual seja resumido à conjunção carnal, ou seja, se não há rompimento do hímen, não houve abuso. Como podemos observar neste relato *“olharam o corpinho dela, com cuidado pra ver se ele tinha pegado nela... Pode abrir as perninhas que tá do mesmo jeitinho. Nunca tocou nela, nada”* (Alessandra).

Nessa perspectiva, há um descrédito na informação trazida pela criança quando não há evidências físicas, como é o caso dos atos libidinosos (masturbar-se na frente da criança, exhibir os órgãos genitais, brechar as crianças, nuas ou seminuas, exhibir filmes ou fotos pornográficas).

Oliveira e Prado (2003), a partir dos atendimentos realizados no Cedeca-BA, também observaram que, em determinados casos, existe uma dificuldade por parte da família em compreender a gravidade que envolve esta violência. Apontam que este fato foi percebido quando há a negação do abuso, por não ter ocorrido conjunção carnal. Consideram então que “aos toques, carícias, beijos e bolinações, não é dada a mesma importância que se dá ao estupro” (p.189). Em se tratando de meninas, este posicionamento é agravado, pois parece que a grande preocupação situa-se em saber se a filha foi Desonrada, isto é, se houve desvirginamento.

A respeito desse aspecto, Pfeiffer e Salvagni (2005) apontam que como o abuso sexual, geralmente, não vem acompanhado de violência física, a possibilidade de denúncia pela vítima e confirmação diagnóstica pelos exames médico-legais são agravadas. Consideram ainda que o diagnóstico de que não houve penetração vaginal não deve ser minimizado, pois tanto o abuso sexual com penetração vaginal ou anal, quanto os sem penetração, mas com outros meios de agressões referentes à esfera sexual, são formas de violência e perversão que devem ser punidos severamente.

Os posicionamentos subjetivos das mães diante da situação de Abuso Sexual contra sua filha

Os posicionamentos adotados pelas mães variaram em duas categorias: anestesiamento subjetivo; tentativa de preservar a unidade familiar e conjugal. O anestesiamento subjetivo é visto como a falta de atitudes protetivas das mães em relação a si mesmas e às filhas, provocado por uma alteração da percepção de si e da realidade. Enquanto que a tentativa de preservar a unidade familiar e conjugal é observada através das estratégias lançadas pelas mães para continuarem convivendo maritalmente com o companheiro, autor do abuso.

Mesmo quando algumas mães demonstraram reações de estar ao lado das filhas na situação de abuso sexual sofrida por elas, não conseguiram ter uma atitude de proteção, em relação à denúncia, posto que continuaram expondo elas à convivência com o abusador. Este aspecto também foi encontrado nos resultados de pesquisas realizadas por Elliot e Carnes (2001), que constataram que embora uma mãe manifeste crédito no relato da criança não significa, necessariamente, que emitirá respostas de apoio e proteção.

Eu chorei demais, porque tudo que eu pedia, ele tava cansado de escutar eu dizendo que tudo o que eu não queria na minha vida era que minhas filhas passassem por

isso. Ele sempre escutou isso de mim. Agora assim, fica difícil da pessoa acreditar porque é como eu digo, eu sem ver, sem eu ter provas fica difícil. Eu nunca tive nada que denunciasse. Mas eu disse a elas, eu tô do lado delas, eu tô sempre ali, nunca mais deixei elas só com ele, nunca mais deixei elas (Nádia).

É interessante perceber neste relato o que Figaro-Garcia (2004) observou no atendimento às famílias incestuosas, que havia mães que antes de qualquer indício avisavam para seus companheiros que nunca tocassem em suas filhas, como se algo já estivesse predeterminado para acontecer. Tomando por base o pensamento de Freud em relação à fase pré-edipiana, constatamos que esta mãe, Nádia, parece ter emitido mensagens inconscientes de que algo desse tipo pudesse acontecer às suas filhas; há uma contradição que, quase sempre, marca os relatos dessas mães no que diz respeito à veracidade do abuso. Como afirma Saffioti (2003),

*A mãe sabe, mas não sabe. Como este conhecimento é extremamente doloroso, o comum é sepultá-lo nos porões do inconsciente. É por esta razão que, embora haja *contradictio in subjecto*, este conhecimento é inconsciente. A mãe sabe, mas não tem certeza, sabe, mas teme averiguar. Ela é, sem dúvida, a segunda vítima, pois vive sentimentos contraditórios: ama a filha e não quer vê-la sofrer, mas também ama o estuprador, afinal, o macho que ela escolheu (p. 410).*

Mesmo quando as evidências são claras e explícitas, algumas mães não conseguem aceitar a realidade dos fatos, o que parece estar associado às suas próprias dificuldades que geram uma impossibilidade de reagir. Com efeito, algumas participantes se apresentam como se não tivessem aprendido a se defender, pois se estabelece um anestesiamiento subjetivo e uma atitude de conformidade que as levam a aceitar a situação como inalterável e não se perceberem como coniventes. Os relatos de Nádia e Rosana apontam para esta dificuldade, pois ambas indicam que buscam estratégias de defesa para as filhas, tornando-se mais atentas

aos cuidados maternos, contudo continuaram a conviver com o abusador. Rosana, por exemplo, afirma que só teve a iniciativa de procurar ajuda após o suicídio do seu companheiro.

Eu faço de tudo pra ficar acordada. Eu faço crochê pra minha sogra, eu pego o crochê e fico. Às vezes eu me levanto da cama, venho aqui pra frente da televisão. Ele muitas vezes pede: “não, bora dormir.” E, às vezes, eu já tô deitada, levanto pra ver se a porta ta fechada, né? Então quer dizer, eu não sei que hora ela tá... Só se quando ela dormir. Eu tô até pra ficar com ela, que essa semana foi muito corrida pra mim, e saber se continua acontecendo durante a noite, se é outro horário, porque não tem como (Nádia).

Quando ela chegava em casa, ficava batendo nela porque eu não deixava ele com ela... Não desconfiava não, mas agora tô desconfiando... Porque ele queria pegar a menina e eu não deixava, pra deixar com ele só... Aí nesse dia eu tava muito estressada, eu disse: por que tu quer a menina? Ele disse: “porque você não deixa a menina comigo?” Eu disse: Por nada, por nada. Eu não deixava porque eu tinha medo. Como ele já falou essas palavras pra mim, quando ele era vivo, ele tentou né?... Ela tinha medo de dizer a mim, aí quando ele morreu, aí foi que eu liguei pro Sentinela (Rosana).

Para algumas mães, o abuso sexual que ocorre dentro do contexto familiar ainda é visto como um assunto ligado ao mundo particular, como algo que não deve ser denunciado, mas resolvido no próprio espaço doméstico. O relato de Alessandra, que se apresenta como um movimento defensivo, expõe de maneira clara esse pensamento tão frequente em nossa sociedade.

Eu não vou me meter em família de ninguém, não... E por que os outros têm coragem de se meter na vida da minha filha e na minha vida sem nada disso ter acontecido?...

Porque se eu tivesse visto, eu era mulher. Eu não fazia denúncia, não. Porque denúncia eu acho que fica pra gente que não tem, que não tem... Como é que se diz? Capacidade de suprir uma coisa. Entendeu? Pra que denunciar uma coisa de família? Porque a justiça sou eu que sou mãe dela. A mãe dela sou eu... Mesmo que tivesse acontecido, eu não denunciaria (Alessandra).

Como bem apontam Forward e Buck (1989), muitas mães preferem não levar o caso à instância jurídica, acreditando ser dela o poder de “controlar” sua família. Dessa forma, observam que a negação é a reação mais comum apresentada pelas mães, quando o abuso intrafamiliar é revelado. Este fato pode ocorrer, seja por incredulidade, culpa, ou até mesmo por insegurança afetiva e financeira. A cultura familiar, na sociedade brasileira, tende a valorizar a privacidade da vida familiar, e qualquer intervenção que confronte o discurso dos pais e/ou responsáveis é vista como intrusiva e ofensiva à autoridade paterna (Gonçalves & Ferreira, 2002). Ao mesmo tempo, o fato de muitos dos casos aqui terem sido denunciados por terceiros aponta para profundas transformações sociais que marcam a atualidade, em que cada vez mais o público e o privado se misturam no tocante à violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na contemporaneidade, a maternidade ainda se encontra vinculada à realização da plena felicidade. A figura materna, vista como um ser supremo, como o mito do amor incondicional, não condiz com a postura das mães que negam a dura realidade da violência sexual contra suas filhas. Dessa maneira, é muito comum acusações das piores possíveis, delegando o lugar de cúmplice silenciosa para a mãe que não denuncia essa situação e até mesmo que desmente a filha, se colocando ao lado do companheiro.

A figura materna é concebida como peça importante no desenvolvimento da família, em que lhe são atribuídas muitas responsabilidades, bem como cobranças sociais, que levam as mães a serem enquadradas em boas ou más. Às mães é exigido o papel de serem amorosas com seus filhos e dotadas de um amor incondicional. O que muitas vezes não se confirma na realidade, posto que em diversas ocasiões, apresentam-se com sentimentos de raiva, ciúme e dúvidas em relação aos seus filhos (Lima, 2008).

O discurso psicanalítico também contribuiu bastante para reforçar o papel da mãe como personagem central da família, principalmente pela importância dada à fase pré-edípica. Nesta perspectiva, a evolução sexual e psicológica satisfatória experienciada na infância através das interações afetuosas e saudáveis com a figura materna seria a fonte para o exercício satisfatório da maternidade. De outra maneira, a mulher terá grande probabilidade de sentir dificuldade em assumir sua feminilidade e sua maternidade, podendo inclusive reeditar atitudes inadequadas, tais quais as da própria mãe.

A pesquisa realizada demonstra de um modo geral, que a mãe é uma figura central no contexto familiar, sendo responsável e norteadora de ações e comportamentos. O posicionamento subjetivo das mães em relação à revelação e às estratégias de proteção poderá determinar em parte o curso da situação abusiva. Suas vivências subjetivas são eixos fundamentais para o seu posicionamento diante da situação abusiva. Entre os motivos apontados pelas mães, para não aceitação do abuso como verdadeiro, está o fato de não terem presenciado nenhuma atitude que as levasse a suspeitar de seu companheiro.

Desta forma, se colocam de modo distante no relacionamento com suas filhas, não dispondo de muito espaço para ouvi-las, se apoiando apenas em defesas, como a negação, que exerce um efeito mutilador sobre a sua subjetividade, provocando um anestesiamiento subjetivo.

Em relação aos seus modos de enfrentamento da situação, as mães apresentaram vivências de insegurança, desamparo, medo, abandono, entre outras, que tendem a fragilizar seus posicionamentos. De fato, estas mães tiveram as suas subjetividades afetadas, alterando a percepção de si mesmas e da realidade que as cerca. O desmentido materno, nestas situações, funciona como um mecanismo de defesa que faz rejeitar o abuso sexual da filha como realidade. Pois, é muito ameaçador aceitar a possibilidade deste evento que, frequentemente, engloba elementos associados à sua própria história de vida.

O trabalho de atendimento clínico com crianças vítimas de abuso sexual deve procurar estratégias de atuação e prevenção. A escuta da vivência subjetiva das mães seria um fator primordial para tal intento. Assim, as mães concebidas como cúmplices silenciosas poderiam ter a sua voz ouvida, uma voz que, habitualmente, foi calada ainda na infância, mas que teria tanto a dizer.

REFERÊNCIAS

- Amazarray, M. R. & Koller, S. H. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11, 559-578.
- Araújo, M. F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, 7, 3-11.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (W. Dutra, Trad.). (10ª ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Cabre, L. J. M. (2006). Sándor Ferenczi: A revalorização da teoria psicanalítica do trauma. (A. P. M. Lago, Trad.). *Revista de Psicanálise – SPPA*, 13, 1-15.
- Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância (Crami). (Org.). (2002). *Abuso sexual doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor*. São Paulo: Cortez.
- Elliott, A. N., & Carnes, C. N. (2001). Reactions of nonoffending parents to the sexual abuse of their child: A review of the literature. *Child Maltreatment*, 6, 314-331.
- Ferenczi, S. (1992). *Obras completas/ Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes.
- Figaro-Garcia, C. (2004). Trauma e incesto. *Pulsional*, 177, 66-73.
- Forward, S., & Buck, C. (1989). *A traição da inocência: o incesto e sua devastação*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Freud, S. (1974). Sobre o Narcisismo: uma introdução. (J. Salomão, Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. XIV, pp.85-119). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914).
- Freud, S. (1974). Fetichismo. (J. Salomão, Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. XXI, pp.175-185). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1927).

- Freud, S. (1974). O mal-estar na civilização. (J. Salomão, Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. XXI, pp.75-171). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1930[1929]).
- Freud, S. (1976). Feminilidade. (J. Salomão, Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. XXII, pp.139-165). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1933).
- Goldfeder, M. F. F. (2001). A relação esquecida: a mãe nos bastidores do abuso sexual entre pai e filha. *Pulsional*, 138, 16-23.
- Gonçalves, H. S. & Ferreira, A. L.(2002). A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde. *Cad. Saúde Pública*. Vol. XVIII, n.1, pp. 315-319.
- Habigzang, L. F., & Caminha, R. M. (2004). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: conceituação e intervenção clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Habigzang, L. F., Azevedo, G. A., Koller, S. H., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21, 341-348.
- Lima, S. & Pollo, V.(2005). A violência sexual em nossos dias: questões para a psicanálise. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25, p.558-571.
- Lima, J. A. (2008). *As vivências maternas diante do abuso sexual intrafamiliar*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Universidade Federal da Paraíba.
- Matos, M., Schmickler, C., M. & Borba, F. L. (2006, Outubro). *A participação materna no rompimento do abuso sexual intrafamiliar: fatores de risco e de proteção*. X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Recife, PE: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.
- Minayo, M. C. (1992). *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec.
- Narvaz, M. (2003). Quem são as mães das vítimas de incesto? *Nova Perspectiva Sistêmica*, 21, 40-44.

- Nunes, S. A. (2000). *O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e feminilidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Oliveira, M. L. S., Prado, R. (2003). Violência Sexual contra crianças e adolescentes e o contexto familiar. In: G. Gadelha & H. Barbosa (Orgs.), *Violência sexual contra crianças e adolescentes*. (pp.181-194). Salvador: Cedeca.
- Pinheiro, T. (1995). *Ferenczi: do grito à palavra*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Pfeiffer, L., & Salvagni, E. P. (2005). Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de Pediatria*, 81, 197-204.
- Santos, S. S. & Dell’Aglia, D. D. (2009). Revelação do abuso sexual infantil: reações maternas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25, 85-92.
- Santos, S. S. (2007). *Mães de meninas que sofreram abuso sexual intrafamiliar: reações maternas e multigeracionalidade*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Instituto de Psicologia, Programa de pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Saffioti, H. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, 16, 115-136.
- Saffioti, H. (2003). Incesto versus abuso sexual incestuoso ou amor versus violência. In. A. Silva, M. Chaia (Orgs.), *Sociedade, cultura, política: ensaios críticos*. (pp.391-420). São Paulo: Educ.
- Schreiner, M. T. (2008). O Abuso sexual numa perspectiva de gênero: o processo de responsabilização da vítima. *Fazendo gênero 8 - Corpo, Violência e Poder*. (pp.1-6). Acessado em 14 de outubro, 2009, de [http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST41/Marilei Teresinha Schreiner 41.pdf](http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST41/Marilei_Teresinha_Schreiner_41.pdf)
- Thouvenin, C. (1997). A palavra da criança: do íntimo ao social. In. M. Gabel (Org.), *Crianças vítimas de abuso sexual*. (pp. 91-102). São Paulo: Summus.

A TRANSMISSÃO TRANSGERACIONAL: A HISTÓRIA DE VIDA MATERNA E SUAS REPERCUSSÕES NO ABUSO SEXUAL DA FILHA

Márcia Candelaria da Rocha Ramos

Luciana Leila Fontes Vieira

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar as relações porventura existentes entre o abuso sexual sofrido pela filha e a história de vida da mãe. O conceito ferencziano de identificação com o agressor, aliado à noção de repetição, abre possibilidade para que os efeitos transgeracionais do abuso sexual sejam compreendidos, especialmente nos casos em que mulheres que sofreram abusos na infância se envolvem com homens potencialmente abusivos. Participaram sete mães que responderam a uma entrevista que foi transcrita e analisada por temas. Pode-se concluir que as relações estabelecidas com suas próprias mães foram marcadas por conflitos, negligência e falta de apoio; o ambiente familiar caracterizava-se pela violência, inclusive duas também foram abusadas na infância e não acreditadas pelas mães. Neste cenário, a transmissão psíquica transgeracional instiga a refletir sobre as heranças que são passadas de uma geração a outra pela marca do negativo.

Palavras-chave: Mães; abuso sexual; transgeracionalidade.

ABSTRACT

The aim of this study was to analyse possibly existent relationships between the sexual abuse suffered by daughters and the life history of their mothers. Fereczi's concept of identification with the aggressor and repetition brings up possibilities to understand transgenerational effects of sexual abuse, especially in cases when women who suffered sexual abuse in their childhood get involved with potentially abusive men. Seven mothers participated in the study by answering to an interview which was transcribed and analysed by themes. We could conclude that the relationships these women established with their own mothers were marked by conflicts, negligence and lack of support; the family environment was characterized by violence and two of the women have also been abused in their childhood and were also disbelieved by their mothers. In this scenery, transgenerational psychological transmission instigates us to reflect upon the inheritance from one generation to the other by the negative mark.

Keywords: Mothers; sexual abuse; transgenerationality.

INTRODUÇÃO

A família proporciona um espaço psíquico que congrega todos os seus membros, sendo responsável pelos processos de identificação que fundamentam a construção identitária e a transmissão psíquica transgeracional. São formadas alianças inconscientes entre os sujeitos que os fazem se ligar um ao outro por diversos motivos. O pacto formado engloba diferentes operações de recalque, denegação, rejeição ou enquistamento fundamentais para a constituição psíquica do indivíduo. Este acordo inconsciente que é imposto propicia a formação do vínculo entre seus membros e dos interesses que envolvem os ideais do “contrato narcisista” (Correa, 2007).

A perspectiva intersubjetiva parte do princípio de que o sujeito é sujeito do inconsciente e dos vínculos nos quais se constitui. Assim, os vínculos geracionais são construídos, se apoiando na singularidade de cada um e no entrelaçamento dos discursos. Nesse sentido, Alaugnier (1989) propõe que o operador dessa construção é o “contrato narcisista,” configurando-se como um investimento recíproco e um discurso dirigido, formado por alianças inconscientes (Piva, 2006).

Falcke e Wagner (2005) consideram que muitos termos vêm sendo empregados na compreensão da transmissão que ocorre entre as gerações sucessivas de uma família, entre eles: transgeracionalidade; intergeracionalidade e multigeracionalidade. Ao analisá-los, entende-se que o prefixo trans nos remete à ideia de *através*, aquilo que perpassa a família e se mantém ao longo das gerações; o prefixo inter traz a noção de *reciprocidade*, da passagem de uma geração a outra, e o multi implica *quantidade* e não privilegia os fatores que ligam as gerações. Além disso, nessas definições encontra-se presente a ideia de repetição de determinados processos familiares, com diferentes nuances. O termo transgeracionalidade se tornou mais apropriado para o que se pretende enfatizar nesta pesquisa, representando os

processos que são transmitidos pela família e se mantêm presentes de uma geração a outra ao longo da história familiar.

Essa ideia parte do pressuposto de que todo indivíduo se insere em uma história preexistente, do qual ele é ao mesmo tempo herdeiro e prisioneiro. Isto ocorre porque a subjetividade do indivíduo se constitui a partir desse legado familiar que, por sua vez, define o lugar que ele vai ocupar em sua família. O impacto das transmissões transgeracionais ocorre em situações específicas do percurso familiar ao longo do tempo; assim, existem momentos em que o sujeito se depara mais concretamente com questões de sua família de origem, em geral nas situações de crise (Falcke & Wagner, 2005).

Trachtenberg (2006) parte da ideia da intersubjetividade, do sujeito do grupo, e da função da porta-palavra da mãe que se refere à função direcionada ao discurso materno na estruturação da psique do bebê. Segundo Aulagnier (1989), este processo ocorre através da atividade antecipatória da mãe, que porta a voz da família e executa a função de enunciar as regras, as leis, os interditos e as representações que lhe correspondam. Assim, os comentários sobre as situações traumáticas na pré-história do sujeito que, quando não elaborados, determinam histórias do silêncio, vazias e carentes de representação.

Dessa maneira, acredita que elas poderão ocasionar transmissões psíquicas defeituosas entre as gerações, inaugurando uma cadeia traumática transgeracional, dominada pela repetição, em detrimento da memória e da historização do sujeito. Distinguem ainda dois tipos de transmissão psíquica: a intergeracional e a transgeracional. A primeira refere-se ao que acontece *entre* as gerações, havendo distância entre elas, e as bordas da subjetividade são preservadas. A segunda, que será mais enfocada neste texto, aborda o que ocorre *através* dos sujeitos e gerações.

Para esta autora, a transmissão transgeracional é então descrita como:

Uma transmissão psíquica geracional que, do ponto de vista da natureza e da essência do elo criativo entre as gerações, se tornou defeituosa, foi interrompida; as histórias de seus personagens estão colapsadas, coladas umas às outras; estão sob o domínio da repetição e do narcisismo. Assim, encontraremos, em ambas as gerações, o impensável, o indizível, o negativo, o processo do segregar, os restos insensatos, os passados em silêncio, as histórias vazias. A nova geração, herdeira compulsória e “continente do negativo,” essa vesícula que contém produtos tóxicos, receptora singular de uma transmissão defeituosa e que, por estar dominada por sua dependência a seu apego aos pais, bem como por sua necessidade de ocupar o lugar que lhe é determinado, tentará, por todos os meios, libertar-se desse fardo (Trachtenberg, 2006, p. 125).

Nesse cenário, fez-se necessário aprofundar os estudos nessa área de saber. Kaës (1997; 2005) foi quem, mais recentemente, colocou uma lupa em certos pontos abordados por Freud em *Totem e Tabu* (1913); *Sobre o Narcisismo* (1917); *Psicologia de Grupo e Análise do Ego* (1921). Nestes e também em outros trabalhos, Freud faz referência ao fenômeno da filogênese.

Desde seus primórdios, a psicanálise tem examinado a herança de conteúdos inconscientes. Em *Totem e Tabu*, Freud faz alusão à continuidade psíquica na cadeia das gerações, propõe então um mito científico sobre a origem da civilização humana, fundada na horda primitiva (Almeida, 2008). Ele aborda a herança arcaica humana que abrange o legado do Complexo de Édipo, a transmissão da culpa e dos interditos, bem como as consequências do crime contra o pai. Questiona-se “quantos podemos atribuir à continuidade psíquica na seqüência das gerações? Quais são as maneiras e meios empregados por determinada geração para transmitir seus estados mentais à geração seguinte?” (Freud, 1913/1974, p. 187).

Em *Sobre o Narcisismo* (1914/1974), aponta que o indivíduo é, a si mesmo, seu próprio fim, mas se encontra vinculado a uma cadeia geracional como elo de transmissão, sendo seu beneficiário e herdeiro. Freud examina a transmissão à criança dos sonhos de desejos insatisfeitos de seus pais, pois seu narcisismo se apoia sobre o que falta na realização do desejo dos pais.

Em *Psicologia de Grupo e Análise do Ego* (1921/1976), evidencia-se a passagem do objeto individual a um objeto comum a todos os membros do grupo, que se efetua pela via das identificações.

Posteriormente, Freud (1923/1976) considera que o id é hereditário, o ego é derivado do id e que o superego é o herdeiro do Complexo de Édipo e do superego dos pais (Almeida, 2008).

As experiências do ego parecem, a princípio, estar perdidas para a herança; mas, quando se repetem com bastante frequência e com intensidade suficiente em muitos indivíduos, em gerações sucessivas, transformam-se, por assim dizer, em experiências do id, cujas impressões são preservadas por herança. Dessa maneira, no id, que é capaz de ser herdado, acham-se abrigados resíduos das existências de incontáveis egos; e quando o ego forma o seu superego a partir do id, pode talvez estar apenas revivendo formas de antigos egos e ressuscitando-as (Freud, 1923/1976, p. 53).

Almeida (2009) destaca que o superego da criança, na concepção freudiana, se forma à imagem do superego de seus pais, sendo gerado pela introjeção das exigências e das interdições parentais, tornando-se o representante da tradição, de todos os juízos de valor que subsistem através das gerações.

Silva (2003) considera que apesar de Freud ter se dedicado mais especificamente entre 1895 e 1905 ao estudo desse assunto, também no fim de suas obras encontram-se referências à herança arcaica do homem. Em *Moisés e o Monoteísmo* (1939), Freud afirma que:

Aquilo que pode ser operante na vida psíquica de um indivíduo pode incluir não apenas o que ele próprio experimentou, mas também coisas que estão inatamente presentes nele, quando de seu nascimento, elementos com uma origem filogenética – uma herança arcaica (1939/1976, p. 119).

Este autor destaca o fato de esta herança englobar não somente as disposições, mas inclusive os conteúdos dos traços mnêmicos do que foi vivenciado por gerações anteriores. Dessa maneira, tanto a extensão quanto a importância da herança arcaica seriam significativamente ampliadas.

Birman (1993) acentua que a hipótese filogenética em Freud indica a busca de um fundamento real para as formações fantasmáticas. A investigação freudiana, nesse sentido, prima pela estruturação pressubjetiva do sujeito em que este é construído por estruturas antecipatórias que o transcendem. Enfim, o sujeito é inserido em uma estrutura que o precede, constituindo-se a partir do Outro pela mediação de um outro sujeito.

Para Laplanche (1992), essa herança filogenética complementa a memória individual, situando-se num plano de memória e não de função. Considera que apesar de Freud insistir no que vem com o nascimento, no que é até constitucional, o modelo da história humana continua sendo, para ele, a história individual. Suas aquisições ficam guardadas como lembranças. De uma maneira geral, pode-se pensar em “uma maior ou menor sensibilidade congênita ao trauma” (p. 39).

Abraham e Torok (1995) são considerados os precursores dos estudos transgeracionais. Seus estudos sobre o luto, a incorporação, a cripta e o fantasma são importantes reflexões para pensar essa misteriosa herança inconsciente. Para estes autores, a realidade metapsicológica que constitui a característica do segredo é composta pelo luto mal elaborado de perdas narcísicas que, diante da impossibilidade de serem confessadas como tal,

foram incorporadas devido a uma falha no processo de simbolização dessa realidade (Kaes, 2005).

Nesse sentido, é ressaltada a falha na transmissão (encriptação, forclusão, rejeição), considerando o papel da falta escondida, do segredo, da não-simbolização. Em consequência disso, ocorre uma transmissão cujas particularidades são penosamente identificadas pela ideia de que no inconsciente de um sujeito se enquista uma parte de um outro que vem então habitar como um fantasma, pela hipoteca representada pelo mandato imperativo que o ancestral faz pesar em relação à sua descendência (Kaes, 2005).

A cripta, entendida como uma sepultura secreta, uma furna, uma espécie de inconsciente artificial, instalado no próprio Ego, mantém em conserva um luto indizível, que contém as palavras que não puderam ser ditas, as lágrimas não derramadas, as cenas não lembradas, assim como o traumatismo correlato objetal da perda que não foi admitida como tal. As cenas, os lutos mal elaborados, os segredos vergonhosos correspondem a traumas que não foram ressignificados na história do sujeito. Aquilo em que ele tenta libertar-se da dor, e por todos os meios, transformar em não-história (Abraham & Torok, 1995).

Segundo Correia (2007), “a falta de elaboração do traumatismo poderá atravessar diversas gerações, possibilitando a repetição inconsciente, pela incapacidade de metabolizar e simbolizar a experiência” (p. 54). Esta autora acrescenta que em situações de violência intrafamiliar, a história do casal parental é frequentemente marcada por abandonos ou ausências de seus próprios pais, como também estão presentes os castigos e os abusos. O processo de transmissão ocorre pelo negativo, ou seja, situações que não puderam ser contidas, retidas, aquilo que não é lembrado e que não possui registro no psiquismo dos pais vem então enquistar no psiquismo da criança, a falta, o crime, tudo que não pôde ser elaborado através do luto.

A clínica transgeracional apresenta duas formas de transmissão do trauma e de sua repercussão no âmbito familiar. A primeira se refere à sua incidência sobre os vários membros da família, atuando de maneira circular; a segunda se converte na atuação em um membro que se torna o receptor dos conteúdos traumáticos provenientes de seus pais. Entretanto, não se deve considerar essas duas tendências de transmissão como categorias separadas. Assim, os traumas de uma família podem gerar um circuito de ideias e afetos primitivos, que são transmitidos de modo recorrente através de suas gerações, circulando entre seus membros, variadas facetas do trauma familiar (Almeida, 2009).

Para Santos & Dell'Aglio (2007), a transgeracionalidade da violência apoia-se na possibilidade de um adulto reproduzir com crianças da família as suas próprias experiências de violência vividas na infância. Estas experiências englobam desde o abuso sexual até outros tipos de maus-tratos, como a violência física e/ou psicológica.

Sendo assim, em pesquisas realizadas com mães de meninas que sofreram abuso sexual, houve indicações de que, freqüentemente, as mães também haviam sido vítimas de abuso sexual na infância (Centro Regional aos Maus-tratos na Infância [Crami], 2002; Figaro-Garcia, 2004; Lima, 2008; Narvaz, 2005; Santos & Dell'Aglio, 2007). Este fenômeno também foi avaliado através da qualidade do relacionamento entre os membros da família, onde se constatou que as mães que foram abusadas na infância apresentaram um relacionamento negativo ou inconsistente com suas próprias mães durante a infância (Paredes, Leifer & Kilbane, 2001).

Nos casos de violência sexual intrafamiliar, em que as mães possuem um relacionamento afetuoso e bastante próximo com as filhas, geralmente a situação não perdura por muito tempo, pois tão logo as mães percebam o ocorrido, elas tomam medidas de proteção às suas filhas (Crami, 2002).

Segundo Narvaz (2005), a permanência dessa cadeia de violência na família corresponde à soma de um processo de socialização e subjetivação, que expõe crianças às diversas situações de violência que as fazem percebê-las como sendo algo natural e esperado nas relações entre as pessoas. Nesse sentido, a criança passa de testemunha a vítima, enquanto mulher, na vida adulta, ao estabelecer relacionamentos também abusivos com seus companheiros, repetindo a experiência de violência. Contudo, essas autoras ressaltam que não se pode tratar essas situações como padrões de relacionamento deterministas.

Cromberg (2001) assinala que o abuso sexual intrafamiliar ocorre numa situação incestuosa preexistente, na qual as posições e lugares familiares estavam permeados por fantasias ou realidades que frequentemente se relacionam a mais de uma geração. “O que não foi elaborado psiquicamente pela geração anterior, e às vezes por mais de uma geração, repete-se como ato e não mais como fantasia ou outra representação simbólica na geração seguinte” (p. 152).

Sendo assim, a compulsão à repetição apresenta-se como um dos conceitos mais profícuos para refletir sobre a transgeracionalidade do abuso sexual, dentro da perspectiva freudiana. Invocada desde *Recordar, Repetir e Elaborar* (1914/1969), a noção de compulsão à repetição está no centro de *Além do Princípio do Prazer* (1920/1976). Nesta obra, Freud articula esta compulsão à lógica do princípio do prazer, começando o percurso através da reflexão aprofundada acerca da observação de situações nas quais o sujeito, apesar da experiência desagradável, não cessa de reviver episódios dolorosos, como o *fort-da*, as neuroses de guerra, e as neuroses traumáticas.

A partir dessas análises, era impossível continuar sustentando que a compulsão à repetição obedecia unicamente à busca do prazer; “a compulsão à repetição também rememora do passado experiências que não incluem possibilidade alguma de prazer e que

nunca, mesmo há longo tempo, trouxeram satisfação, mesmo para impulsos instituais que desde então foram reprimidos” (Freud, 1920/1976, p. 34).

Esta compulsão que produz a repetição da dor evidencia a impossibilidade de escapar de um movimento de regressão, o que acabou levando Freud a apontar a existência de uma tendência para um retorno à origem, “uma necessidade de restaurar um estado anterior de coisas” (p. 78). Nesse sentido, a repetição é pensada a partir da pulsão de morte.

Diante dessa formulação, a repetição passou a ser entendida como um processo inconsciente impossível de dominar, que obriga o sujeito a reproduzir sequências (atos, ideias, pensamentos ou sonhos) que, em sua origem, foram geradoras de sofrimento e conservaram esse caráter doloroso. No caso das brincadeiras, Freud (1920/1976) reflete que as crianças podem repetir experiências desagradáveis na tentativa de dominar uma impressão poderosa, estando agora no controle da situação vivenciada. Apesar de ele se referir à repetição que ocorre no espaço analítico, também considera que:

O que a psicanálise revela nos fenômenos de transferência dos neuróticos também pode ser observado nas vidas de certas pessoas normais. A impressão que dão é de serem perseguidas por um destino maligno ou possuídas por algum poder “demoníaco;” a psicanálise, porém, sempre foi de opinião de que seu destino é, na maior parte, arranjado por elas próprias e determinado por influências infantis primitivas (1920/1976, p. 35).

Quando se trata de mãe e filha que sofreram abuso sexual, sendo que a mãe parece adotar uma postura conivente com a violência sexual sofrida por sua filha, um caráter repetitivo surge não como uma novidade, mas como uma reprodução estereotipada. As mães são impelidas a reproduzir a situação original, criando um ciclo silencioso, não conseguindo encontrar ligações psíquicas, mas constituindo-se como uma forma primitiva, fornecendo um destino ao excesso pulsional provocado pela traumatização de que foram vítimas no passado.

Cromberg (2001) destaca em sua pesquisa o uso da repetição como compulsão à repetição, referindo-se à repetição dos conteúdos desagradáveis que não possuem ligação psíquica e, portanto, não foram elaborados. Há então uma tentativa de inscrição psíquica, de simbolização, em uma rede de representações psíquicas que possibilitam sentido. Considera que a compulsão à repetição está relacionada à repetição de posições e lugares intergeracionais.

A transgeracionalidade sugere ainda a noção de identificação com o agressor, que foi descrita por Ferenczi (1992) num sentido estrito, ao considerá-la como uma consequência do abuso sexual, enfatizando a importância e a força traumática do fato externo real. A criança, diante da impossibilidade de compreender o que se passa na relação abusiva estabelecida com um adulto, se identifica com o agressor, introjetando inclusive o sentimento de culpa decorrente desta agressão. O assujeitamento silencioso diante dessas situações persiste nas vítimas de abuso, imprimindo a marca da compulsão à repetição em seus relacionamentos amorosos e em sua vida sexual na idade adulta.

Assim, o conceito ferencziano de identificação com o agressor, aliado à noção de repetição, abre a possibilidade para que os efeitos transgeracionais do abuso sexual sejam compreendidos, principalmente no caso em que mulheres que sofreram abuso na infância se envolvem com homens potencialmente abusadores, assumindo uma postura de Cumplicidade diante do abuso de suas filhas.

Fuks (2006) reflete sobre a reconstrução, a lembrança e a reelaboração dos fatos no processo analítico. Ela pontua que as recomposições são provocadas, permitindo a essas mulheres/mães mudarem seu posicionamento subjetivo, ao se darem conta da compulsão à repetição a que estavam submetidas. Na compulsão à repetição, o sujeito se situa ativamente em situações penosas, repetindo experiências antigas, sem se lembrar de suas características e achando que se trata de algo motivado na atualidade.

Freud explicava a necessidade de repetição, em parte, como uma tentativa de modificar *après coup* as condições em que se havia produzido o trauma e chegar a torná-lo progressivamente mais inócuo, com o aporte da angústia-sinal – que faltava no momento de sua produção – impossibilitando a instrumentação de medidas defensivas. Atualizar o trauma fazê-lo vigente, atual, é o que permite superá-lo e mudar a história, tanto num processo espontâneo como no tratamento, no qual a repetição transferencial tem um papel importante (Fuks, 2006, p. 50).

Nesta pesquisa, objetivamos analisar o lugar destinado à filha na constelação familiar, procurando investigar as possíveis relações entre o abuso sexual sofrido pelas meninas e a história de vida das mães, bem como discutir sobre o significado do parceiro para a mãe das meninas, sendo este o autor do abuso sexual.

MÉTODOS

Foram analisados os conteúdos de entrevistas realizadas com mulheres que tiveram seus companheiros (pais ou padrastos) denunciados, por praticar abuso sexual contra sua filha. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, foi utilizada a entrevista semiestruturada como instrumento. No intuito de auxiliar na condução da entrevista, elaborou-se previamente um roteiro com questões referentes à denúncia sobre o abuso sexual sofrido por sua filha, às relações familiares, aos sentimentos envolvidos, entre outras.

Sete mulheres foram entrevistadas, com idade entre 25 e 43 anos, pertencentes à mesma camada sociocultural. Para definir a camada social, levamos em consideração o grau de instrução, a profissão e o local de residência. As entrevistadas foram contactadas através do Serviço Sentinela do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas), em Campina Grande-PB, sendo escolhidas aquelas que não acreditaram no abuso sexual e/ou

não demonstraram resposta de apoio à filha durante o processo de acompanhamento psicossocial proposto pela instituição. Foram dados nomes fictícios para preservar sua identidade.

Em relação ao nível de instrução, das sete participantes, seis possuíam o ensino fundamental incompleto, apenas Gabriely o ensino médio completo. Todas tinham dois filhos ou mais. Nádia, Gabriely e Fátima eram casadas e moravam com seus respectivos companheiros. Mariana, Alessandra e Mônica estavam separadas do atual companheiro. Rosana era viúva devido ao fato de o pai da criança, autor do abuso, ter cometido suicídio quando recebeu a intimação da audiência. Nádia, Gabriely e Fátima moravam com o companheiro e filhos; as outras três, Mariana, Alessandra e Rosana, apenas com os filhos; e Mônica, com a mãe, irmão e filha. Seis delas não trabalhavam e Mônica era cozinheira.

Em cinco ocasiões (Alessandra, Fátima, Gabriely, Mônica e Mariana), quem praticou o abuso foi o padrasto; no caso de Rosana, foi o pai quem abusou das duas filhas; e em relação a Nádia, seu companheiro abusou das duas filhas, sendo que era pai de uma e padrasto da outra. A denúncia foi realizada anonimamente nas situações referentes aos companheiros de Gabriely, Alessandra e Rosana; nos casos de Nádia e Mariana, partiu da equipe escolar; em relação a Fátima, foi o pai da criança (o denunciado era o padrasto); com Mônica, foi a sua mãe a denunciante, no caso, a avó materna da criança. A situação de violência perdurou por anos e por diversas vezes em cinco casos (Fátima, Mônica, Nádia, Rosana e Mariana), em dois (Gabriely e Alessandra), ocorreu apenas uma vez.

As entrevistas foram realizadas nas casas das participantes ou na própria instituição, ficando a critério de escolha das mães. Cada entrevista teve em média duração de uma hora. A entrevista foi realizada por duas vezes com duas das mães pesquisadas, por conta de maiores esclarecimentos.

Todos os cuidados éticos envolvendo pesquisa com seres humanos foram adotados no decorrer da pesquisa em consonância com a Resolução 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia e a Resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo comitê de ética da instituição que apoiou a pesquisa. Antes de cada entrevista, foi apresentado e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelas participantes.

A utilização do gravador ocorreu com a devida autorização das entrevistadas, a fim de tratar as temáticas trabalhadas durante a entrevista. Posteriormente, as falas foram transcritas e tendo como base os objetivos da pesquisa, utilizou-se a Análise de Conteúdo, que consiste em identificar os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja frequência significa algo para o objetivo analítico pretendido.

De acordo com Minayo (1992), as etapas da análise de conteúdo temáticas são organizadas em três fases sequenciais: (1) pré-análise, (2) exploração do material, (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A pré-análise consiste na primeira fase, em que há a organização do material a ser analisado. Nesta etapa, estando a pesquisadora atenta foi realizada a leitura de todo o material fornecido pelas mães, buscando-se selecionar as informações que estivessem em consonância com os objetivos da pesquisa. Na exploração do material, foi realizada a análise propriamente dita. Ou seja, a partir da leitura do material, o texto foi recortado em suas unidades de registro, buscando-se identificar as categorias que foram trabalhadas. Em seguida, no tratamento dos resultados e na interpretação, os temas emergentes na fala das participantes foram submetidos ao corpo teórico levantado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em consonância com os objetivos da pesquisa, buscou-se identificar núcleos de sentido, estando atento para os que pudessem emergir durante o processo. Sendo assim, o eixo principal de análise foi o relacionamento familiar das mães, tendo em vista a relação com a filha, com o seu companheiro e com a sua família de origem. Na análise da relação com a filha, sobressaiu a categoria distanciamento afetivo nas relações familiares. Na análise da relação com o companheiro, destacaram-se duas categorias: idealização da família constituída e histórias de vivências traumáticas. Por fim, as categorias extraídas da análise da relação com a família de origem foram: transmissão transgeracional da violência e compulsão à repetição.

A História de Vida das Mães e as Possíveis Relações com a Situação do Abuso Contra a Filha

A história de vida de cada membro da família, inclusive do agressor, influencia na ocorrência do abuso, já que pode determinar uma permissividade ao ato e ainda provocar uma desvalorização da infância e da adolescência, como também do papel da mulher, fazendo com que se impere uma cegueira e surdez coletiva aos apelos, quase sempre, mudos das vítimas (Pfeiffer & Salvagni, 2005).

1- Relação com a filha

Ao falar da relação com as filhas, as mães, por diversas vezes, deixaram configurar uma situação em que está presente um distanciamento afetivo, bem como uma consequente culpabilização pelo que aconteceu.

Distanciamento afetivo nas relações familiares

Eu disse a ela que eu não queria ela na minha porta mais. Por causa dessa calúnia que ela inventou que eu tenho certeza que foi ele (o pai). Que ele agora é o pai e a mãe dela. Eu não queria mais ter contato com ela por ela ter inventado isso, não... Mesmo se ela quisesse voltar pra casa, eu não queria, não, por causa dessa calúnia que ela inventou. Eu só acredito que foi ele que botou na cabeça dela (Fátima).

Aí depois ajudava ela (a filha mais velha)... Aí ele dava as coisas a ela. Não dava pros outros filhos também, né? Não dava pros outros filhos, só dava a ela. Só dava a ela. Pra ela, trabalhava com ela, só dava a ela... Ele era responsável por ela... Dormia com ela (Rosana).

Mônica parece perceber o seu distanciamento afetivo para com sua filha, porém não consegue fornecer explicações para a postura adotada. Contudo, diferente do que acontece com a mãe anteriormente citada, demonstra um movimento de tentar recuperar o elo perdido com a filha.

Eu tô procurando fazer o que eu não fiz no início, quando ela era mais nova... Não ligava muito pra ela, não. Sinceramente, eu não ligava muito pra ela, não... Assim, eu não tinha raiva dela, sabe? Nada disso, não. Não ligava, sei lá. Ela morava com minha mãe, né? Não sei explicar a você. Ela morava com a minha mãe, eu morava na minha casa, tinha meus dois filhos. Ela mal ia lá em casa, era difícil ela ir lá em casa. Sei lá, acho que foi mais... Sei não. Não sei dizer não porque a gente não tinha uma convivência. Não tinha uma convivência, sei lá (Mônica).

É muito comum as mães culparem a filha pelo abuso por parte dos seus companheiros. Assim, acreditam que a filha provocou a situação ou mesmo que a inventou no intuito de obter benefícios. Fuks (2006) defende a idéia de que, por conta da história de vida, essas mulheres acreditam que as relações mãe-filha são necessariamente competitivas,

ambivalentes e hostis (essa crença é transmitida através de um legado familiar). As próprias necessidades insatisfeitas e a baixa autoestima acarretam nela intensas demandas de ansiedade e rejeição provocadas por suas filhas. Vejamos o relato de Nádia e Fátima sobre a visão que elas têm de suas filhas:

Desde que ela começou com essas conversas. Sabe? Eu não sei assim... Minha relação com ela é difícil, eu sempre me senti distante dela. Sabe? Eu não consigo me aproximar dela... Pra falar a verdade, muitas vezes quando ela tá perto dele, eu não sei... Não sei se é ciúme, sabe? Essa semana eu disse pra ele, muitas vezes quando ela tá perto me dá uma... Eu não sei se é raiva ou se é ciúme, não sei, quando ela tá perto dele. Vem logo a lembrança das coisas que ela falou (Nádia).

Ela sempre é assim, a gente vê mesmo no aspecto dela, que ela é diferente da outra, tá entendendo? Assim, mais saidinha. Não pode ver um rapaz que já fica querendo namorar. Não sei como é que ela é desse jeito. Por isso que eu digo assim, porque ela é diferente da outra... Ela sempre dizia assim, lá em casa, ela dizia: “eu vou é morar mais painho, que painho deixa eu fazer tudo o que eu quiser”. Ela sempre dizia isso, quando morava comigo. “E a senhora não deixa eu fazer nada” (Fátima).

2- Relação com o companheiro

Em relação ao companheiro, a maioria das mães costuma colocá-lo numa posição de destaque na família, seja como provedor, ou simplesmente pelo fato de ter um “homem em casa.” Um ponto que se destacou refere-se ao fato de que a maioria das mulheres não tinha esses homens como o único provedor do lar: algumas trabalhavam, outras tinham pensão deixada pelo companheiro anterior, mas mesmo assim se encontravam atreladas à dependência emocional.

Idealização da família constituída

Eu achava pra mim, não sei se é ilusão de mulher, né? Assim, de ter um companheiro dentro de casa. Mas, apesar dos pesares, companheiro é meus filhos. Entendeu?...Apesar de que eu me sentia: ah, graças a Deus, vou ter um homem dentro de casa, porque uma casa assim sem um homem não presta... Mas apesar disso homem por homem, eu tenho meu filho... Tava com ele como uma companhia... Eu sou pensionista (Alessandra).

Então por ele ser ter sido um rapaz solteiro de boa família, já estruturado na vida, acho que se ele fosse uma má pessoa e não quisesse assim meu bem ou não gostasse realmente da gente, ele não teria assumido essa responsabilidade toda que até poderia denegrir a imagem dele... Ele sempre disse: “eu vou lhe apoiar e estou sempre com você”... Eu acho que uma importância grande, porque aqui eu sou sozinha aqui, a pessoa que eu me apeguei foi a ele que me ajudou, entendeu? Eu me sinto segura com ele (Gabriely).

Um aspecto encontrado refere-se ao fato de que devido às dificuldades em sua família de origem, algumas mães apoiam-se na relação estabelecida com sua família atual, projetando na figura dos sogros a afetividade que parece ter lhe faltado na infância. Alguns relatos correspondem à configuração de uma família idealizada.

Fiquei dividida. Primeiro porque eu me dou super bem com a família dele. Pra mim, ela é uma segunda mãe, minha ex-sogra... Fiquei do lado dele, mas pensando nos meus filhos, no pai dele, na mãe dele. Quero muito bem a eles. São pessoas idosas já, mas eu pensei muito assim, no caso dele, se ele fosse julgado, ele fosse preso, ia acontecer coisa lá dentro, como é que ia ser a criação dos meus filhos, a revolta dos meus filhos (Mônica).

Se eu deixar ele, eu vou fazer o quê? Eu sei que ele tem obrigação de dar o sustento dos filhos, mas eu não vou dizer pra você que eu não gosto dele, não. Que eu gosto. Faz treze anos que eu vivo com ele. Tenho minha casa. Pra mim, a mãe dele é como uma mãe. Pra mim, eu acho que ele é muito importante porque se não fosse por ele, eu não tinha a família que eu tenho hoje (Nádia).

As descrições das mães apontam que, em geral, elas têm uma relação de apoio com seus companheiros, fazendo com que acreditem na palavra deles e não na de suas filhas, pois, mesmo quando há um movimento de proteção para com a filha, a mãe continua se submetendo à relação com seu companheiro.

Melo (2008) apontou resultados semelhantes em sua pesquisa, em que mulheres que tiveram filhas vítimas de abuso sexual demonstraram ter um ideal familiar constituído por pai, mãe e filhos, e em suas realidades a violência perpassava as relações conjugais antes mesmo da revelação do ato abusivo. Para estas mães, porém, a ausência da figura paterna, em virtude do abuso cometido, dificulta a criação dos filhos, considerando o pai como indispensável à construção de uma vida emocional mais saudável.

Histórias de vivências traumáticas

Apesar dessa valorização dada à figura masculina, algumas mães também deixam transparecer um relacionamento conflituoso com o companheiro, afirmando que sofriram muitas agressões durante o tempo em que conviveram com ele. Barbosa (2004) observou que as mães entrevistadas vivenciaram uma relação marital extremamente agressiva, com intensas humilhações e torturas psíquicas e físicas.

Quando ele estava vivo ainda deu uma tapa horrível. Eu fui com a cara inchada e chorando pra lá... Ele era assim, rival comigo, me batia muito, né? Aí depois ele foi pra lá, foi pra cá, e também não bateu mais. Só bateu uma vez quando eu fui fazer a denúncia. As meninas perguntaram o que foi: “foi que ele bateu em mim” (Rosana).

Logo no início quando a gente começou a conviver, ele batia em mim. Ele era muito, assim, bebia aí ele era muito rígido, muito ignorante mesmo... No início eu sofri um bocado na mão dele, mas depois ele... A gente vivia bem,... Aí foi quando ficou bem a minha vida, ficou 99% bem, aconteceu isso aí. Aí isso foi um dos motivos da minha separação com ele... A gente tava bem, bem, bem, às vezes ele batia em mim sem motivo. Às vezes sentada. Era. Parecia coisa de gente maluca, mesmo... Assim, eu sentada, amamentando, ele vinha, embriagado, dava mesmo. Parecia que... Que ele tava dando em outra pessoa, sei lá (Mônica).

A gente sempre discutia antes de acontecer esse negócio. Outra vez eu peguei minhas roupas para ir embora para casa da minha mãe, mas ele pediu muito para eu não ir, aí eu não fui não.... Quando a gente discutia, uma vez ele chegou até a me dar um murro no rosto, porque eu discuti com ele e ele veio querer bater em mim (Mariana).

Uma relação baseada em agressividade muitas vezes impede a mãe de tomar a atitude de realizar a denúncia, uma vez que ela mesma sofre com ameaças e agressões, tornando-se tão vítima quanto a própria filha. Este aspecto pode ser percebido através do relato de Rosana sobre a tentativa de impedir o abuso de sua filha mais velha.

Ele não deixava, ele segurava ela, dava nela. Do jeito que batia em mim, batia nela. Aí depois ele deixou pra lá e ficou com ela... Depois que ele começou a ficar com essa menina mais velha, ele não quis mais nada comigo não (Rosana).

Fuks (2006) aponta para o fato de que uma história infantil de conflitos familiares e situações traumáticas, inclusive ter sido vítima por sua vez de abuso sexual, condiciona, na mãe, uma subjetividade fragilizada, associada a uma autoestima deficitária e uma autoimagem feminina rebaixada, que a torna vulnerável à relação com homens abusivos.

Este cenário nos faz refletir sobre as considerações levantadas por Nunes (1998) que atrela essa posição feminina voltada para a submissão, o sacrifício e para a maternidade como

um projeto histórico construído desde as últimas décadas do século XVIII. O espaço doméstico e o cuidado com os filhos eram destinados às mulheres, e nesse contexto a mulher se defendia do desamparo condicionado à sua existência. Ela estava exposta a uma ordem cultural, se colocando como puro objeto de desejo e gozo masculino, e também “ao assumir essa posição, poderia reassegurar o parceiro quanto à sua potência, encobrando a condição de desamparo que também o ameaçava, tornando-se imprescindível a seus olhos e ganhando um valor positivo e fundamental para a vida erótica masculina” (Nunes, 1998, p. 238).

3- Relação com a família de origem

Algumas mães comentam as dificuldades de relacionamento com sua família de origem, principalmente com a mãe, retratando um ambiente familiar marcado por brigas e desavenças. Como aponta Barbosa (2004), a maioria dos casos estudados apresentava um vínculo parental precário, os pais normalmente eram indiferentes desde muito cedo.

Transmissão transgeracional da violência

Olhe, pra falar a verdade, eu não tive uma família. Sabe? Porque desde muito pequena eu sempre vivi na casa de um, na casa de outro, na casa de outro. Até os meus 18 anos, que foi quando eu engravidei... eu sempre vivi assim. Nunca tive um pai, uma mãe, que tivessem assim, dizendo: “vá por aqui.” Eu sempre fiz o que me deu na telha, se desse errado... A relação com minha mãe foi muito difícil. Minha mãe era muito explosiva. Ela, assim, o ano e pouco que eu vivi com ela, eu passei muita coisa que eu não desejo pras minhas filhas não... minha mãe, uma vez aconteceu de ela me pegar abraçada com um rapaz. Já tinha o quê? 16 anos. Ela me deixou nua no meio da rua. Rasgou minha roupa toda (Nádia).

Santos e Dell’Aglio (2007) encontraram resultados semelhantes em seus estudos com mães que foram vítimas de abuso sexual na infância. As autoras descrevem que a infância

dessas mulheres foi marcada por conflitos familiares, percebidos pelas discussões familiares, agressões físicas e verbais, pelo alcoolismo dos pais e/ou pela falta de carinho e apoio, em especial da figura materna, sendo utilizadas mais frequentemente ações coercitivas por parte dos pais.

Esse mesmo aspecto pôde ser percebido no relato de Mônica, que evidencia o conflito existente em sua relação com a mãe. É interessante observar como as histórias se repetem, sem que elas se deem conta disso, pois essa mãe também havia preferido o companheiro à filha, queixa que ela faz de sua própria mãe. Lima (2008) constatou que existiam relatos de mães que reagiam da mesma forma como suas próprias mães procederam em sua infância, porém não era percebido por elas como uma repetição desse comportamento.

Minha mãe gostava muito de bater na gente, ela sempre foi ignorante... Ela já me levantou falso, ela já me expulsou de casa várias vezes sem necessidade, sem motivo, entendeu? Porque ela é uma pessoa possessiva com esse marido dela, agora. Ela é doente por ele, ela troca os filhos dela por ele. Ela é doente, ela tem ciúme de tudo, do vento, até do vento ela tem ciúme (Mônica).

Compulsão à repetição

Em alguns casos apontados por Barbosa (2004), as próprias mães tinham sido vítimas de abuso sexual na infância, porém nunca tiveram a oportunidade de falar sobre o assunto. Nesta pesquisa, ao serem interrogadas sobre situações de abuso na infância, duas mães relataram ter sido abusadas por companheiros de suas mães, e ainda afirmaram não ter sido acreditadas por elas, o que parece ter causado uma sensação de desamparo e revolta.

Aí minha tia pegou eu, que era a única que não era registrada no nome dela e devolveu pra minha mãe. Nessa faixa aí de 15 anos, eu na casa da minha mãe, o marido dela muitas vezes acordava gritando por ela. Ele lá, no meu quarto, eu via ele. Eu sentia a mão dele também nas minhas coxas, sabe? Muitas vezes dentro da

minha roupa. Aí eu falava, dizia a ela, ela acreditava nele, em mim não. Então quer dizer, ela ficou do lado dele, como até hoje (Nádia).

Também está presente um distanciamento afetivo que caracteriza a relação estabelecida com a própria mãe. Santos e Dell’Aglia (2007) apontaram esse mesmo aspecto em suas pesquisas, refletindo se essas relações estabelecidas com os cuidadores podem trazer em si um mecanismo sutil de transmissão da violência. Podemos perceber esse distanciamento no relato de Mônica, que só revelou o abuso depois de grandinha, e não sabe dizer porque não contou antes, evidenciando uma relação de insegurança afetiva com sua própria mãe.

É eu já passei por isso, já. Já, na minha infância, já... O namorado da minha mãe, mesmo. E ela não acreditou. O namorado dela, mesmo. Já passei por isso... Assim, eu também nunca cheguei a contar. Eu contei já depois de grandinha... Eu fiquei com medo, né? Fiquei com medo de contar pra ela. Sei lá, fiquei assustada... Ela disse: eu não acredito, não; eu disse: pois foi, gente que frequentava a sua casa. Frequentava a casa dela... Um monte de coisa aconteceu assim, comigo, mas eu nunca cheguei a contar pra ela, não. Quer dizer, eu não tinha... Ela nunca foi de conversar,... eu tinha medo.. Não sentia assim, eu não me sentia segura com ela, não. De chegar assim, dar um beijo, abraçar, nunca abracei ela, nunca beijei ela. Ela nunca permitiu, mesmo com a gente. Ela sempre foi fechada, sabe? Sempre foi fechada de um jeito (Mônica).

Esses comportamentos das mães fazem pensar se a negação do óbvio abuso ou sua descrença não seria uma tentativa de elaboração de sua própria experiência de abuso sexual, ou talvez um desejo sádico de que suas filhas passassem pelo que elas mesmas passaram. Há uma ausência de aspectos protetores e amorosos por parte de algumas mães que marcam a relação com a filha (Figaro-Garcia, 2004).

A autora sugere ainda que nesses casos a repetição do ato incestuoso parece provocar um alívio inconsciente, mantendo as mães na posição de filhas amadas e ficando em última instância com a figura paterna projetada no companheiro. Este pode ser um dos fatores que explicam a dificuldade em fornecer apoio e credibilidade para a filha, permanecendo ao lado dos parceiros. A negação ou descrença pode ser vista como uma defesa contra a revivência da situação com sua própria mãe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escuta da história de vida dessas mães nos proporcionou perceber como o desmentido materno, ora chamado de cumplicidade, ora visto como um processo histórico de subordinação feminina, está atrelado à própria vivência materna de aspectos relacionados à sua família de origem.

As mães que tiveram suas filhas abusadas sexualmente, pelos seus companheiros, apresentam sentimentos e ações paradoxais que estão inclusos na transmissão transgeracional² que marca as suas relações afetivas. Sendo assim, ao invés de procurar atribuir um lugar de condenação a estas mulheres/mães, faz-se necessário se apropriar dos conceitos psicanalíticos para pensar quão importante são as relações estabelecidas na primeira infância, já que puderam influenciar as suas escolhas objetivas futuras e o curso de uma vida.

Sendo assim, nota-se que algumas mulheres que sofreram abuso sexual na infância, ao se tornarem mães escolhem parceiros potencialmente abusadores. Levando-se em conta a força traumática do abuso sexual na infância, período em que a prematuridade psíquica da criança impede a representação dessa experiência, a noção da compulsão à repetição permite

compreender os possíveis caminhos que a experiência traumática pode percorrer até alcançar uma representação verbal e, assim, ter uma possibilidade de elaboração psíquica.

As mães que foram vítimas de abuso sexual na infância e, por sua vez, não conseguiram simbolizar a experiência traumática podem se tornar reféns da compulsão à repetição, levando-as a “oferecer,” inconscientemente, suas filhas ao abusador. Assim, a reedição do drama materno presente em sua família atual pode ser entendida como um ato que possibilita o reinvestimento das lembranças deixadas pelo abuso que havia sofrido e logo como uma tentativa de ligar o irrepresentável do trauma a uma representação-palavra para que a experiência se torne simbolizável.

O relato das mães evidenciou a presença de fatos contemporâneos que possuíam uma inscrição no passado, nas suas relações familiares, mas que não eram portadores de uma ligação representável, ou seja, as mães apesar de repetirem experiências antigas de sua vida marcadas por conflitos e traumas não conseguiam estabelecer uma conexão com a situação atual. Neste cenário, a transmissão psíquica transgeracional nos convida a refletir sobre as heranças que são passadas de uma geração a outra pela marca do negativo. Aquilo que não se quer dizer, que não se quer saber, que é encoberto pelo silêncio, parece voltar a assombrar, sendo preciso falar dele para conseguir dominá-lo.

Este aspecto nos remete novamente à importância do trabalho de simbolização historizante, no sentido de se reaver uma história cujas partes, até então, não puderam formar uma figura. A escuta dessas mães apontou para a recuperação e a reconstrução do passado, sendo importante que elas tenham um espaço para essa reconstrução histórica que permitirá o trabalho simbólico, no lugar onde só se encontrava o sinistro. Trata-se, portanto, da historização do passado, pois a história se constrói no presente, mas a verdade histórica se elabora com base nas inscrições do passado (Fuks, 2006).

REFERÊNCIAS

- Abraham, N. & Torok, M. (1995). *A casca e o núcleo*. (M. J. R. F. Coracini, Trad.). São Paulo: Editora Escuta.
- Almeida, M. E. S. (2008). A força do legado transgeracional numa família. *Psicologia: Teoria e Prática*, 10, 215-230.
- Almeida, M. E. S. (2009). Herança transgeracional: a circularidade e a concentração do trauma. *Mudancas (IMS)*, 16, 51-61.
- Aulagnier, P. (1989). O aprendiz de historiador e o mestre feiticeiro – do discurso identificante ao discurso delirante. São Paulo: Escuta.
- Barbosa, G. (2004). O segredo de família. In: Pizá, G & Barbosa, G. (Orgs.) *A violência silenciosa do incesto*. (pp. 57- 65) Clínica psicanalítica da violência, São Paulo: Imprensa Oficial.
- Birman, J. (1993). *Ensaio de teoria psicanalítica, parte 1: metapsicologia, pulsão, linguagem, inconsciente e sexualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Centro Regional de Atenção aos Maus-tratos na Infância (Crami). (Org.). (2002). *Abuso sexual doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor*. São Paulo: Cortez.
- Correa, O. B. R. (2007). O transgeracional na violência intrafamiliar. In: Correa, O. B. R. (Org.) *Grupo familiar e psicanálise: ressonâncias clínicas*. (pp. 53-67). São Paulo: Vetor.
- Cromberg, R. U. (2001). *Cena incestuosa: abuso e violência sexual*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Falcke, D. & Wagner, A. (2005). A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: definição de conceitos. In: A. Wagner (Coord.), *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares*. (pp. 25- 45). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Ferenczi, S. (1992). *Psicanálise IV. Obras completas*. São Paulo: Martins Fontes.

- Figaro-Garcia, C. (2004). Trauma e incesto. *Pulsional*, 177, p. 66- 73.
- Freud, S. (1974). Sobre o Narcisismo: uma introdução. (J. Salomão, Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. XIV, pp. 85-119). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914).
- Freud, S. (1974). Totem e Tabu. (J. Salomão, Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. XIII, pp. 13-191). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1913).
- Freud, S. (1976). Além do princípio do prazer. (J. Salomão, Trad.). *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. XVIII, pp. 13- 85). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1920).
- Freud, S. (1976). O ego e o id. (J. Salomão, Trad.). *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. XIX, pp. 32- 54). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1923).
- Freud, S. (1969). Recordar, repetir e elaborar. (J. Salomão, Trad.). *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. XII, pp. 191- 203). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914).
- Freud, S. (1976). Moisés e o Monoteísmo. In. J. Salomão (Trad.). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 23 pp. 15-161). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1939)
- Freud, S. (1976). Psicologia de grupo e a análise do ego. In. J. Salomão (Trad.). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 18 pp. 89-179). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1921)
- Fuks, L. B. (2006). Conseqüências do abuso sexual infantil. *Percurso*, 6, 41-52.
- Kaes, R. (1997). *O grupo e o sujeito do grupo: elementos para uma teoria psicanalítica do grupo*. Trad. José de Souza & Mello Werneck. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kaes, R. (2005). *Os espaços psíquicos comuns e partilhados: transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Laplanche, J. (1992). *Novos fundamentos para a psicanálise*. (C. Berline, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Lima, J. A. (2008). *As vivências maternas diante do abuso sexual intrafamiliar*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social. Universidade Federal da Paraíba.
- Melo, L. M. M. B. (2008). *Parentalidade e conjugalidade: a experiência de mulheres que tiveram um filho vítima de incesto*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica. Universidade Católica de Pernambuco.
- Minayo, M. C. (1992). *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec.
- Narvaz, M. G. (2005). *Submissão e resistência: explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Nunes, S. A. (1998). A mulher, o masoquismo e a feminilidade. In C. Bruschini & H. B. Holanda (Orgs.), *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. (pp.225- 247). São Paulo: FCC.
- Paredes, M.; Leifer, M. & Kilbane, T. (2001). Maternal variables related to sexually abused children's functioning. *Child Abuse & Neglect*, 25, 1159–1176.
- Pfeiffer, L. & Salvagni, E. P. (2005). Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de Pediatria*, 81, 197-204.
- Piva, A. (2006). *Transmissão transgeracional e a clínica vincular*. São Paulo: Casa do psicólogo.
- Santos, S. (2007). *Mães de meninas que sofreram abuso sexual intrafamiliar: reações maternas e multigeracionalidade*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Instituto de Psicologia, Programa de pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Silva, M. C. P. (2003). *A herança psíquica na clínica psicanalítica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Trachtenberg, A., R (2006) Trauma, transgeracionalidade e intergeracionalidade: uma transformação possível. In: Trachtenberg, A., R.; Kopittke, C. C.; Pereira, T. Z. T.; Chem, V. D. M. & Mello, V. M. H. P. *Transgeracionalidade, de escravo a herdeiro: um destino entre gerações*. (pp. 119- 130). São Paulo: Casa do Psicólogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na contemporaneidade, o interesse sobre a temática do abuso sexual contra crianças vem sendo ampliado, ganhando visibilidade pela sociedade, pela comunidade científica e pelos meios de comunicação. No âmbito intrafamiliar, este fenômeno envolve complexas relações familiares, o que torna a situação mais complicada.

O abuso sexual foi compreendido neste estudo como todo ato que envolve interações com conteúdo sexual entre crianças e adultos, desde o toque, o brechar, até mesmo a conjunção carnal, estabelecidos a partir da sedução e do poder. Em relação ao aspecto intrafamiliar, foram consideradas todas as pessoas da família, com ou sem laços de consanguinidade, baseadas nas relações de afeto e confiança.

Apesar das controvérsias existentes na psicanálise sobre a temática do abuso sexual, devido à passagem da Teoria da Sedução para a Teoria da Fantasia, é pertinente ressaltar que a fantasia explorada por Freud não anula a existência dos fatos relacionados à sedução na realidade, apenas faz contribuir para a descoberta da realidade psíquica.

É verdade que em algumas partes da obra freudiana foi omitida a autoria sobre os abusos sofridos por suas pacientes pelos próprios pais, somente sendo revelado, anos depois. Contudo, este aspecto não é suficiente para falar numa contribuição para o silêncio em torno da temática. Talvez os fatores que mais colaboraram para este pensamento tenham sido a descoberta da sexualidade infantil e a formulação do Complexo de Édipo.

Longe de nós supor que a afirmação de que as crianças possuíam também sensações sexuais tenha sido um aspecto negativo, mas de certa maneira reforçou para que elas fossem vistas como provocadoras dessas situações, bem como a formulação do Complexo de Édipo contribuiu para delegá-las apenas à fantasia. Percebe-se que a denúncia do abuso sexual intrafamiliar pode provocar rupturas na unidade familiar e conjugal, principalmente quando o

agressor é o pai ou o padrasto. As mães encontram-se envolvidas nessas situações de muitas maneiras; aquelas que não acreditam na denúncia, normalmente recebem o status de cúmplice silenciosa, sendo acusadas de ser coniventes com o seu companheiro.

Esta pesquisa nos permitiu perceber que o desmentido funciona como um mecanismo de defesa, devido à própria história de vida materna. As mães negam a percepção de qualquer indício que indique um suposto envolvimento sexual de seu companheiro com sua filha, pois se apoiam em defesas de que o homem que escolheram para viver não seria capaz de cometer tal ato.

O lugar ocupado por essas mães diante do abuso sexual de suas filhas demonstra um distanciamento afetivo que marca suas relações, mesmo antes do acontecimento. Os relatos das mães entrevistadas evidenciam que elas continuam distantes de suas filhas também após o conhecimento da denúncia, por esta razão normalmente não são acompanhadas pelos serviços de atendimento psicossocial, isentando-se de suas responsabilidades maternas.

Este aspecto acarretou dificuldade para a condução da pesquisa, pois, em geral, elas se negam a frequentar qualquer tipo de acompanhamento já que “não precisam de ajuda.” Dessa maneira, apesar da receptividade do serviço de referência, o acesso a essas participantes não foi uma tarefa fácil. Contudo, aquelas que conseguiram ser localizadas demonstraram disponibilidade para participar da pesquisa.

Outro aspecto encontrado nos remete ao fato de que nenhuma das mães entrevistadas foi responsável pela denúncia contra seu companheiro. De fato, as denúncias partiram, em sua maioria, de origem anônima. Uma das mães relata que somente após alguns anos pode perceber que “errou” com sua filha, ficando ao lado do companheiro: *“eu não queria ver a verdade, entendeu? Não queria enxergar a verdade.”*

Isto nos leva a refletir que as mães que não acreditam em suas filhas precisam de um tempo para conseguir se empoderar a favor delas. O que significa dizer que mesmo tendo

dúvidas quanto à veracidade do abuso, algumas mães não conseguem se desvincular de uma relação que consideram ser essencial para a manutenção de sua unidade familiar: pensam em seus outros filhos, como ficarão sem a presença do pai, e ainda temem pela condenação do companheiro e a repercussão que isso terá na sociedade e na vida deles. Este posicionamento pode ser interpretado, pelos profissionais que lidam com essa realidade, como um descaso em relação à criança, principalmente porque, muitas vezes, a criança continua exposta ao agressor, ficando vulnerável para a ocorrência de novas situações de abuso.

As mães, em geral, apresentaram uma idealização da família constituída, mostraram estar apoiadas no imaginário de uma família composta por pai, mãe e filhos, bem como ressaltando o apoio da família extensa, composta pela figura dos sogros. No entanto, em seus relatos, a violência conjugal era uma prática frequente em suas relações, mesmo antes do conhecimento do abuso sexual. Histórias de agressões físicas, ameaças, vivências de insegurança, medo e abandono foram presenças constantes em suas narrativas.

Nesta perspectiva, as histórias de vida das mães podem ser um aporte para que a situação abusiva seja interrompida ou negada. Assim, a transgeracionalidade da violência emergiu durante a pesquisa realizada, através de histórias do passado que insistiam em retornar, como aquilo que não se pode esconder. Histórias marcadas por sofrimento, separações, desamparo e dor.

O abuso sexual, nessas situações, parece estar inscrito em uma pré-história do sujeito. A transgeracionalidade desta forma de violência foi observada a partir do relato de duas mães que declararam ter sido abusadas sexualmente pelo companheiro de sua própria mãe. Elas, porém, não conseguem perceber que estão repetindo as atitudes evidenciadas por suas mães, de negação e recusa dos fatos, projetando a culpa sobre a criança.

Esta repetição nos faz refletir sobre uma tentativa de elaboração dos conteúdos vivenciados em sua própria infância. Aquilo que não fez sentido naquela época retorna sob a

forma do abuso de sua filha, como numa tentativa de simbolização da experiência sofrida ou até mesmo como uma forma inconsciente de sadismo, ou seja, ver sua filha passar por aquilo que ela passou um dia.

Ressalta-se, a este respeito que, embora esta pesquisa não tivesse como objetivo inicial a aquisição de informações acerca da experiência de mães que também foram vítimas de abuso sexual na infância, este dado emergiu de maneira relevante, nos fazendo refletir sobre as relações existentes entre essas situações e a proposta de que outros estudos sejam realizados nesta perspectiva.

Enfim, destaca-se que a mãe é uma figura central na relação familiar, principalmente referente aos cuidados com os filhos. Desta forma, quando falta seu apoio, é preciso buscar respostas. Não se pode apenas considerá-la tão culpada quanto o autor da agressão, mas procurar envolvê-la no processo, articulando a sua história de vida aos eventos acontecidos na atualidade. A atenção dada a este fenômeno deve acontecer de maneira ampliada.

No atendimento a estas mães, é importante que os profissionais não as coloquem em um lugar culpabilizador, por mais difícil que esta tarefa possa parecer. A instituição precisa atuar pesquisando mais sobre a subjetividade de cada pessoa envolvida; as soluções não são as mesmas para todos os casos. A rapidez na busca de respostas imediatas pode atrapalhar o processo de mudança psíquica. O tempo é um aliado fundamental na promoção de uma escuta atenta, acolhedora, aguardando o melhor momento para que a decisão ocorra de forma conjunta entre a instituição e a família.

Nos casos em que as instituições que atendem vítimas de abuso sexual não atuam de maneira legalista, tem-se a vantagem de propiciar a escuta de cada um, não se preocupando apenas em estabelecer limites e leis, mas atuando de forma acolhedora. Percebe-se que a posição de escuta deve ser adotada como um norte, principalmente nestes casos aqui

apresentados, é preciso não seguir uma regra normativizante para conseguir encontrar as possíveis soluções.

Sendo assim, a escuta destas mães despertou outros aspectos intrigantes que nos remetem a novas investigações: a questão da transgeracionalidade a partir da perspectiva de mães que assim como suas filhas foram vítimas de abuso sexual; bem como a experiência das próprias crianças que não foram acreditadas por suas mães, como elas vivenciaram esta situação? De que forma o desmentido materno operou sobre suas subjetividades? Estes temas podem ser focos de futuras pesquisas.

Sugerimos que nos atendimentos e nas pesquisas o foco deve englobar, além da criança que é vítima, outros membros da família. Assim, poderemos ampliar nossos conhecimentos em relação à dinâmica dessas famílias, resultando em proposta de intervenção e prevenção nos serviços voltados para esta temática.

REFERÊNCIAS

- Abraham, N. & Torok, M. (1995). *A casca e o núcleo*. (M. J. R. F. Coracini, Trad.). São Paulo: Editora Escuta.
- Almeida, A. C. E. P. (2003). *Abuso sexual de crianças: crenças sociais e discursos de psicologia*. Mestrado em Psicologia da Justiça. Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia. Braga.
- Almeida, M. E. S. (2008). A força do legado transgeracional numa família. *Psicologia: Teoria e Prática*, 10, 215- 230.
- Almeida, M. E. S. (2009). Herança transgeracional: a circularidade e a concentração do trauma. *Mudanças (IMS)*, 16, 51-61.
- Almeida-Prado, M. C. C. & Féres-Carneiro, T. (2005). Abuso sexual e traumatismo psíquico. *Interações*, 10, 11- 34.
- Amazarray, M. R. & Koller, S. H. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11, 341- 348.
- Araújo, M. F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em estudo*, 7, 03-11.
- Aulagnier, P. (1989). O aprendiz de historiador e o mestre feiticeiro – do discurso identificante ao discurso delirante. São Paulo: Escuta.
- Azevedo, E. C. (2001). Atendimento psicanalítico a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 21, 66-77.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (W. Dutra, Trad.). (10^a ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barbosa, G. (2004). O segredo de família. In: Pizá, G & Barbosa, G. (Orgs.) *A violência silenciosa do incesto*. (pp. 57- 65) Clínica psicanalítica da violência, São Paulo: Imprensa Oficial.

- Birman, J. (1993). *Ensaio de teoria psicanalítica, parte 1: metapsicologia, pulsão, linguagem, inconsciente e sexualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Brasil. (2005). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: MEC, ACS.
- Cabre, L. J. M. (2006). Sándor Ferenczi: A revalorização da teoria psicanalítica do trauma. (A. P. M. Lago, Trad.). *Revista de Psicanálise – SPPA*, 13, 01-15.
- Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância (Crami). (Org.). (2002). *Abuso sexual doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor*. São Paulo: Cortez.
- Cohen, C. & Gobbetti, G. J. (2003). *O incesto: o abuso sexual intrafamiliar*. Disponível em <http://www.cedeca.org.br/PDF/incesto_cohen.pdf> (Acesso em 14/8/2009).
- Correa, O. B. R. (2007). O transgeracional na violência intrafamiliar. In Correa, O. B. R. (Org.) *Grupo familiar e psicanálise: ressonâncias clínicas*. (pp. 53-67). São Paulo: Vetor.
- Cromberg, R. U. (2001). *Cena incestuosa: abuso e violência sexual*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Diniz, L. (2009, Março). Silêncio rasgado. *Revista Veja*, 11, 112-114.
- Elliott, A. N., & Carnes, C. N. (2001). Reactions of nonoffending parents to the sexual abuse of their child: A review of the literature. *Child Maltreatment*, 6, 314-331.
- Faiman, C. J. S. (2004). *Abuso sexual em família: a violência do incesto à luz da psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Falcke, D. & Wagner, A. (2005). A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: definição de conceitos. In: A. Wagner (Coord.), *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares*. (pp. 25- 45). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Faleiros, V. P. (1997). *A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores : a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário*. Trabalho apresentado na Oficina de Indicadores da Violência Intra-familiar e da Exploração Sexual de crianças e adolescentes, promovida pelo CECRIA, em Brasília, dias 1º e 2 de dezembro de 1997.
- Ferenczi, S. (1992). *Psicanálise IV. Obras completas*. São Paulo: Martins Fontes.

Figaro-Garcia, C. (2004). Trauma e incesto. *Pulsional*, 177, 66- 73.

Forward, S., & Buck, C. (1989). *A traição da inocência: o incesto e sua devastação*. Rio de Janeiro: Rocco.

Freud, S. (1986). Estudos sobre a histeria. (J. Salomão, Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. II, pp.18-53). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1893-1895).

Freud, S. (1996). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. (J. Salomão, Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. VII, pp.119-217). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905).

Freud, S. (1974). Totem e Tabu. (J. Salomão, Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. XIII, pp.13-191). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1913).

Freud, S. (1969). Recordar, repetir e elaborar. (J. Salomão, Trad.). *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. XII, pp. 191- 203). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914).

Freud, S. (1974). Sobre o Narcisismo: uma introdução. (J. Salomão, Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. XIV, pp.85-119). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914).

Freud, S. (1976). Teoria Geral das neuroses. (J. Salomão, Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. XVI, pp.289-336). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1917).

Freud, S. (1976). Além do princípio do prazer (J. Salomão, Trad.). *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. XVIII, pp.13- 85). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1920).

Freud, S. (1976). Psicologia de grupo e análise do ego. (J. Salomão, Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. XVIII, pp.89-179). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1921).

- Freud, S. (1976). O ego e o Id. (J. Salomão, Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. XIX, pp.32-54). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1923).
- Freud, S. (1976). A dissolução do Complexo de Édipo. (J. Salomão, Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. XIX, pp.217-224). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1924).
- Freud, S. (1974). Fetichismo. (J. Salomão, Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. XXI, pp.175-185). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1927).
- Freud, S. (1974). O mal-estar na civilização. (J. Salomão, Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. XXI, pp.75-171). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1930[1929]).
- Freud, S. (1974). Sexualidade Feminina. (J. Salomão, Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. XXI, pp.257-279). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1931).
- Freud, S. (1976). Feminilidade. (J. Salomão, Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. XXII, pp.139-165). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1933).
- Freud, S. (1976). Moisés e o Monoteísmo. (J. Salomão, Trad.). *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. XXIII, pp.15-161). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1939).
- Freud, S. (1987). Extratos dos documentos dirigidos a Fliess. (J. Salomão, Trad.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (Vol. III, pp.197-374). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1950).
- Froner, J. P. & Ramires, V. R. R. (2008). Escuta de crianças vítimas de abuso sexual no âmbito jurídico: uma revisão crítica da literatura. *Paidéia*, 18 (40), 267-278.
- Fuks, L. B. (2006). Consequências do abuso sexual infantil. *Percurso*, 36, 41-52.

- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal integrados* (Maria Adriana Veríssimo, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gabel, M. (1997). *Criança vítima de abuso sexual* (Sonia Goldfeder, Trad.). São Paulo: Summus.
- Goldfeder, M. F. F. (2001). A relação esquecida: a mãe nos bastidores do abuso sexual entre pai e filha. *Pulsional*, 138, 16-23.
- Gonçalves, H. S. & Ferreira, A. L. (2002). A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde. *Cad. Saúde Pública*. Vol. XVIII, n.1, pp. 315-319.
- Guerra, V. N. A. (2008). *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada* (6a ed.). São Paulo: Cortez.
- Habigzang, L. F. & Caminha, R. M. (2004). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: conceituação e intervenção clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Habigzang, L. F., Azevedo, G. A., Koller, S. H., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21, 341-348.
- Habigzang, L. F., Corte, F. D., Hatzenberger, R., Stroehel, F., & Koller, S. H. (2008). Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21, p.338-344.
- Kaes, R. (1997). *O grupo e o sujeito do grupo: elementos para uma teoria psicanalítica do grupo*. (José de Souza & Mello Werneck, Trad.). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kaes, R. (2005). *Os espaços psíquicos comuns e partilhados: transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Laplanche, J. (1985). *Vida e morte em psicanálise* (Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Laplanche, J. (1992). *Novos fundamentos para a psicanálise*. (C. Berline, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.

- Lima, J. A. (2008). *As vivências maternas diante do abuso sexual intrafamiliar*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia Social. Universidade Federal da Paraíba.
- Lima, S. & Pollo, V. (2005). A violência sexual em nossos dias: questões para a psicanálise. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25, p.558-571.
- Matos, M., Schmickler, C., M. & Borba, F. L. (2006, Outubro). *A participação materna no rompimento do abuso sexual intrafamiliar: fatores de risco e de proteção*. X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Recife, PE: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.
- Melo, L. M. M. B. (2008). *Parentalidade e conjugalidade: a experiência de mulheres que tiveram um filho vítima de incesto*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica. Universidade Católica de Pernambuco.
- Minayo, M. C. (1992). *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec.
- Moreira, J. O. (2004). Édipo em Freud: o movimento de uma teoria. *Psicologia em Estudo*, 9, 219-227.
- Narvaz, M. (2003). Quem são as mães das vítimas de incesto? *Nova Perspectiva Sistêmica*, 21, 40-44.
- Narvaz, M. G. (2005). *Submissão e resistência: explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Nunes, S. A. (1998). A mulher, o masoquismo e a feminilidade. In C. Bruschini & H. B. Holanda (Orgs.), *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. (pp.225- 247). São Paulo: FCC.
- Nunes, S. A. (2000). *O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e feminilidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Oliveira, M. L. S., Prado, R. (2003). Violência Sexual contra crianças e adolescentes e o contexto familiar. In G. Gadelha & H. Barbosa (Orgs.), *Violência sexual contra crianças e adolescentes*. (pp. 181- 194). Salvador: CEDECA.

- Paredes, M.; Leifer, M. & Kilbane, T. (2001). Maternal variables related to sexually abused children's functioning. *Child Abuse & Neglect*, 25, 1159–1176.
- Pfeiffer, L., & Salvagni, E. P. (2005). Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de Pediatria*, 81,197- 204.
- Pinheiro, T. (1995). *Ferenczi: do grito à palavra*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Pizá, G. (2004). Os afetos emparedados do incesto. In: Pizá, G. & Barbosa, G. (Orgs.). *A violência silenciosa do incesto*. Clínica psicanalítica da violência. (pp. 18-24). São Paulo: Imprensa Oficial.
- Pizá, G. & Barbosa, G. (Orgs.), (2004). *A violência silenciosa do incesto*. Clínica psicanalítica da violência, São Paulo: Imprensa Oficial.
- Piva, A. (2006). Transmissão transgeracional e a clínica vincular. São Paulo: Casa do psicólogo.
- Pons, S. & Pacheco-Ferreira, F. (2002, Setembro). *Transferência como experiência do vivido e transmissão psíquica: a herança de Sándor Ferenczi*. In VI Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental, Recife, PE.
- Prado, M. do C. C. de A. & Pereira, A. C. C. (2008). Violências sexuais: incesto, estupro e negligência familiar. *Estudos de Psicologia*, 25, 277-291.
- Saffioti, H. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, 16, 115- 136.
- Saffioti, H. (2003). Incesto versus abuso sexual incestuoso ou amor versus violência. In A. Silva, M. Chaia (Orgs.), *Sociedade, Cultura, Política: ensaios críticos*. (pp. 391- 420). São Paulo: Educ.
- Santos, B. R. dos, Neumann, M & Hippolito, R. (Coords.), (2004). *Guia escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes* (2a ed.). Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação.
- Santos, S. S. (2007). *Mães de meninas que sofreram abuso sexual intrafamiliar: reações maternas e multigeracionalidade*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Instituto de

Psicologia, Programa de pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Santos, S. S. & Dell’Aglío, D. D. (2009). Revelação do abuso sexual infantil: reações maternas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25, 85- 92.

Schreiner, M. T. (2008). O Abuso sexual numa perspectiva de gênero: o processo de responsabilização da vítima. *Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder*. (pp. 01- 06). Acessado em 14 de outubro, 2009, de http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST41/Marilei_Teresinha_Schreiner_41.pdf

Silva, M. C. P. (2003). *A herança psíquica na clínica psicanalítica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Thouvenin, C. (1997). A palavra da criança: do íntimo ao social. In M. Gabel (Org.), *Crianças vítimas de abuso sexual*. (pp. 91 –102). São Paulo: Summus.

Trachtenberg, A., R (2006) Trauma, transgeracionalidade e intergeracionalidade: uma transformação possível. In Trachtenberg, A., R.; Kopittke, C. C.; Pereira, T. Z. T.; Chem, V. D. M. & Mello, V. M. H. P. *Transgeracionalidade, de escravo a herdeiro: um destino entre gerações*. (pp. 119- 130). São Paulo: Casa do Psicólogo.

ANEXOS

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa – Mães de meninas vítimas de abuso sexual: aquilo que não se pode dizer.

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa sobre a experiência de ser mãe de meninas que foram consideradas vítimas de abuso sexual. Nesta pesquisa, pretendemos conhecer os discursos e depoimentos das mães que não acreditaram na situação de abuso sexual que envolve suas filhas e seus companheiros, sejam eles pais ou padrastos, a partir de uma escuta pautada pelo referencial psicanalítico. Por este motivo, sua participação é de extrema importância, já que para alcançar nossos objetivos, precisamos escutar a experiência de vida das mães a partir da história pessoal de cada uma.

Esperamos que os resultados desta pesquisa aumentem a discussão sobre a experiência e participação das mães no processo de acompanhamento de suas filhas no que diz respeito à suspeita de abuso sexual praticado por seus companheiros. Assim, pretendemos colaborar na prática de alternativas que efetivamente possam proteger a criança, caso contrário estaremos repetindo práticas que não mais se coadunam com as regras constitucionais. Os resultados também poderão ser úteis às participantes da pesquisa e seus familiares que, muitas vezes, buscam orientação ou ajuda para compreender melhor esta experiência.

Esta pesquisa não oferece riscos físicos e/ou emocionais para as participantes envolvidas. Sabemos, porém, que qualquer situação que envolve pessoas, pode causar algum tipo de desconforto, principalmente quando se trata de um tema relacionado ao mundo particular das pessoas. Por trabalharmos com questões muito íntimas, tentaremos alcançar os objetivos da pesquisa da forma mais respeitosa possível, considerando todos os aspectos éticos do processo. De todo modo, você poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem sofrer nenhum tipo de prejuízo.

Eu, (nome da participante), dou meu consentimento para minha participação como voluntária desta pesquisa, sob a responsabilidade da pesquisadora Márcia Candelaria da Rocha Ramos, mestranda da Universidade Católica de Pernambuco e orientação da professora Dra. Luciana Leila Fontes Vieira.

Após ouvir os esclarecimentos, assino este Termo de Consentimento, ciente de que:

- 1) Durante o estudo, participarei de uma entrevista, que dura em média uma hora e meia, composta de questões relacionadas aos objetivos acima mencionados.
- 2) Obtive todas as informações necessárias para decidir conscientemente sobre a participação na pesquisa.
- 3) As entrevistas serão gravadas e meus dados pessoais mantidos em sigilo. Os resultados gerais obtidos através da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar o objetivo do trabalho exposto acima, incluindo sua publicação na literatura científica especializada.
- 4) Terei acesso aos resultados da pesquisa, através da pesquisadora responsável pelo projeto, assim que for encerrada.
- 5) Poderei contatar o Comitê de Ética da UNICAP para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa, se achar necessário, o qual encaminhará o procedimento adequado.

Recife, _____ de 2008

Assinatura da participante
Número do RG:

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Dados Sociodemográficos

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Ocupação:

Situação Conjugal:

Nome da filha:

Idade:

Escolaridade:

Data da Entrevista: ____/____/____

- Qual foi a denúncia feita sobre o abuso sexual contra sua filha?
- Como você soube da situação de abuso sexual sofrida por sua filha?
- Como você reagiu diante desta revelação?
- Você acredita que houve o abuso sexual?
- O que lhe faz acreditar que não houve o abuso sexual?
- Quem denunciou o abuso sexual da sua filha?
- A denúncia citava que o abuso ocorreu mais de uma vez? Por quanto tempo?
- Qual é o seu sentimento em relação a essa denúncia?
- Outras pessoas da família sabem? Como reagiram?
- Como é sua relação com sua filha? Mudou alguma coisa depois da denúncia?
- Como você percebe que sua filha vivenciou essa situação?
- O que sua filha lhe diz sobre o abuso?
- Qual era a idade da menina quando ocorreu o abuso?
- Foram tomadas providências como denúncia, exame, processo?

- Como era o contato anterior do seu companheiro com a criança? Houve alguma mudança nessa relação?
- E o seu companheiro, como vivenciou esta situação?
- O que aconteceu com o seu companheiro após a denúncia?
- Como é a sua relação com seu companheiro? Vocês conversam entre si, há brigas, envolvimento com álcool? Mudou alguma coisa depois da denúncia?
- Qual a importância do seu companheiro na sua vida?
- O seu companheiro é o responsável financeiro da família?
- Como ficou estabelecida a configuração familiar depois dessa denúncia? Sua filha está morando com você?
- Como você descreveria sua família de origem? Como era o seu relacionamento com sua mãe na infância? E com o seu pai?
- Como você descreve sua família hoje? Como é o seu relacionamento com os membros da sua família?
- Você ou alguém da família já passou por alguma situação semelhante a esta vivenciada por sua filha?
- Você já sofreu algum tipo de violência, por exemplo, maus-tratos na infância, agressão física, abuso sexual ou outros tipos de violência?
- Como você espera que essa situação se resolva?

¹ Os nomes das participantes foram alterados para preservar as suas identidades.